

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC)

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser textual, com indicação de fonte conforme abaixo.

GALOTTI, Olézio Del Guerra. *Olézio Galotti (depoimento, 1999)*. Rio de Janeiro, CPDOC, 1999. 59 p. dat.

Esta entrevista foi realizada na vigência de convênio entre CPDOC/FGV e FUNDAÇÃO CSN. É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

OLÉZIO GALOTTI
(depoimento, 1999)

Ficha Técnica

tipo de entrevista: temática

entrevistador(es): Ignez Cordeiro de Farias; Verena Alberti

levantamento de dados: Ignez Cordeiro de Farias; Verena Alberti

pesquisa e elaboração do roteiro: Ignez Cordeiro de Farias; Verena Alberti

sumário: Cinthia Monteiro de Araujo

conferência da transcrição: Ignez Cordeiro de Farias

copidesque: Verena Alberti

técnico de gravação: Clodomir Oliveira Gomes

local: Volta Redonda - RJ - Brasil

data: 09/02/1999 a 10/02/1999

duração: 3h 40min

fitas cassete: 04

páginas: 59

Entrevista realizada no contexto do projeto "Pioneiros e Construtores da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN)", na vigência do convênio entre o CPDOC-FGV e a Fundação CSN. Esta entrevista subsidiou a elaboração do livro "CSN um sonho feito de aço e ousadia" (Rio de Janeiro, Fundação CSN & Fundação Getulio Vargas, Iarte), de autoria de Regina da Luz Moreira.

A escolha do entrevistado se justificou pelo fato de ter trabalhado como médico no Hospital Provisório e organizado o novo hospital da CSN. Além disso, foi fundador e presidente da Fundação Osvaldo Aranha em Volta Redonda.

A parte final desta entrevista foi gravada simultaneamente em vídeo.

temas: Companhia Siderúrgica Nacional, Indústria Siderúrgica, Medicina, Olézio Del Guerra Galotti, Volta Redonda.

Sumário

1ª Entrevista: 09.02.1999

Origens familiares; primeiros estudos; curso na Faculdade Nacional de Medicina em 1940: estudos preparatórios, o estudo de anatomia, as dificuldades encontradas no curso; comentários sobre a vida no Rio de Janeiro na década de 1940: transporte, lazer, os namoros; no Hospital São Zacarias na década de 1940: a opção por ortopedia, o contato e a amizade com José Viana de Carvalho; ida para Volta Redonda em 1946: o projeto de José Viana de Carvalho para construir um hospital em Volta Redonda, a Sociedade Hospitalar de Volta Redonda, a substituição de José Viana de Carvalho no Hospital Provisório; referência ao trabalho do calculista do projeto de construção da CSN; longa descrição do Hospital Provisório: a localização, os leitos, o tipo dos atendimentos, os médicos, o horário de trabalho, as instalações, a qualidade do atendimento; comentários sobre acidentes de trabalho: relato de um acidente grave ocorrido na companhia, opinião do entrevistado sobre a importância da existência de um hospital para atender os funcionários da usina, rápida referência à legislação sobre acidentes de trabalho, o material de segurança utilizado na usina, relato de outros acidentes graves ocorridos na companhia; o Hospital Provisório: observações sobre sua importância para a região sul fluminense, a origem do corpo médico, a eficiência do atendimento a acidentes; vida em Volta Redonda: moradia, alimentação, lazer; considerações sobre os benefícios recebidos pelos funcionários da CSN; discussão sobre a opção de algumas famílias de Volta Redonda de procurar serviços médicos em outras cidades; explicações sobre o uso do termo arigó; breve comentário sobre a significativa presença de mineiros em Volta Redonda; descrição dos exames para admissão e de rotina feitos pelos funcionários da CSN; comentários sobre o Centro de Puericultura e o trabalho das parteiras; o novo hospital inaugurado em 1953: comparação entre as posições de Edmundo de Macedo Soares e Silva e Sílvio Raulino de Oliveira diante do serviço médico prestado pela companhia, a dissolução da sociedade médica, a presença de Getúlio Vargas no dia da inauguração; referência à visita de Juscelino Kubitschek à Volta Redonda em 1956; considerações sobre as posições políticas de Edmundo Macedo Soares e Sílvio Raulino de Oliveira.

2ª Entrevista: 10.02.1999

Explicações sobre as diferentes denominações do Hospital Santa Cecília; trabalho no hospital da companhia: os cargos de direção, a especialização em cirurgia plástica, o atendimento a queimados; o curso de cirurgia de mão feita nos EUA em 1956; comentários sobre a clínica particular do entrevistado; longa descrição do processo de criação da Escola de Medicina de Volta Redonda: a idéia de criar uma escola de medicina em Volta Redonda, a atuação de Naomir Santos Prado na execução desta idéia; a criação da Fundação Falcão Neto na década de 1960; a atuação de Paulo Mendes nesta fundação e na companhia; a eleição do entrevistado para a Sociedade Médica de Volta Redonda em 1967; a articulação entre Sávio Gama e Paulo Mendes e a criação da Fundação Osvaldo Aranha em 17 de outubro de 1967; a construção e as instalações das Escolas de Medicina, Engenharia, Odontologia, Ciências Contábeis e Educação Física; comentários sobre a emancipação política de Volta Redonda; rápidas observações sobre as posições políticas de Sávio Gama e Paulo Mendes; comentários

sobre a divisão de poderes na diretoria da Fundação Osvaldo Aranha; explicações sobre a origem dos professores da Escola de Medicina; comentários sobre as instalações da Escola de Odontologia: as primeiras instalações, o comodato recebido da prefeitura e a questão judicial, o projeto para a construção de novas instalações para a escola; explicações sobre a construção da sede da Fundação Osvaldo Aranha; detalhes da construção da sede do Centro de Ciências Biomédicas na década de 1980; referência a problemas relativos a permanência da Escola de Medicina no hospital da companhia; comentários sobre a mudança nos estatutos da fundação em 1992; explicações sobre a intervenção do Ministério da Educação e Cultura na Escola de Medicina em 1991; rápida discussão sobre os problemas enfrentados pelas faculdades privadas; explicações sobre a transição da última gestão do entrevistado na presidência da fundação para a gestão do presidente Jairo Conde Jogaib; comentários sobre o serviço médico oferecido pela CSN: o número de leitos, o atendimento a segurados do INSS no hospital da companhia, a entrada dos planos de saúde particulares, a organização e o atendimento no hospital após a privatização da companhia; comentários sobre a família do entrevistado; opinião do entrevistado sobre a importância da CSN para a história do Brasil e para a sua vida particular.

1ª Entrevista: 09.02.1999

O.G. – Para fazer um teste? Eu sei que é um teste, mas deixa eu falar uma coisa mais longa um pouco: eu quero agradecer a visita de vocês e ajudar no que for possível.

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

I.F. – A entrevista está sendo feita na Fundação Osvaldo Aranha, em Volta Redonda.

O.G. – No campus universitário.

V.A. – No Campus Universitário Doutor Olézio Galotti.

I.F. – Dr. Galotti, nós estamos aqui, como o senhor sabe, fazendo este estudo, e soubemos que o senhor foi uma pessoa muito importante na medicina, na história da cidade, no ensino. Gostaríamos, então, que o senhor nos contasse um pouquinho da história de Volta Redonda, que nasceu e cresceu em função da CSN. Mas, antes, nós gostaríamos de saber seu nome completo.

O.G. – Olézio Galotti. Eu tenho um Del Guerra no meio, mas o nome que uso mesmo, registrado, é Olézio Galotti. E é Galotti com um *l* e dois *t*. Agora vou explicar isso, porque os Gallotti do Rio de Janeiro são com dois *l* e dois *t*. Eu tenho irmãos que escrevem Gallotti com dois *l* e dois *t* e outros com um *l* e dois *t*. Isso dependeu muito da cabeça do escrivão, mas parece que, na verdade, a grafia certa é Galotti, com um *l* e dois *t*, porque a língua italiana não tem acento e ela então acentua uma determinada vogal quando essa vogal é procedida de duas consoantes; aí você carrega então o som. Se você fosse escrever Gallotti, com dois *l* e dois *t*, a pronúncia seria um pouco diferente: seria Gá-ló-ti. Como a pronúncia que se ouve comumente é Ga-ló-ti, então parece que o correto mesmo é com dois *t* no fim e um *l* só.

V.A. – Os irmãos do senhor foram registrados, alguns...

O.G. – Alguns. Tem alguns que foram registrados Galote, o escrivão na época fazia...

V.A. – Sei. E no caso do senhor, o escrivão escolheu...

O.G. – O meu foi certo, é essa grafia mesmo. Mas depois desse registro irregular, nós acertamos os nomes e todo mundo escreve direitinho com um *l* e dois *t*.

I.F. – O senhor é paulista?

O.G. – Eu sou do interior de São Paulo. Eu nasci em São João da Boa Vista, no interior de São Paulo, na alta mojiânia, e depois minha família mudou-se. Eu ainda era pequeno, tinha um ano, um ano e meio, e ela mudou-se para Casa Branca que é um entroncamento ferroviário de São Paulo e uma cidade que facilitava muito a vida, o trabalho que meu pai exercia — que ele viajava para a Antártica, ele trabalhava como viajante da Antártica pelo interior de São Paulo.

I.F. – Da cerveja Antártica?

O.G. – Da cerveja Antártica. A fábrica era em Ribeirão Preto. Ele então tinha aquela cidade que, como entroncamento ferroviário, facilitava sua vida de viajante. E também houve uma formação universitária cedo em Casa Branca, teve logo uma escola normal em 1920. Então, era uma família com muitos filhos, sete filhos que precisavam estudar, acertava a vida para uma pessoa de classe média na ocasião, o que favoreceu muito a nossa educação. Então nós fomos morar em Casa Branca. Posteriormente nós mudamos para a cidade de São José do Rio Pardo, que é uma cidade vizinha onde Euclides da Cunha construiu uma ponte — porque houve uma chuva muito forte em um verão qualquer que derrubou a ponte que existia na cidade. Então, chamaram o engenheiro Euclides da Cunha para construir a ponte. E lá, ao lado da construção da ponte, onde ficou uns dois ou três anos construindo a ponte, ele construiu uma casinha e começou a escrever *Os sertões*. Ali que ele escreveu *Os sertões*.

I.F. – Que influenciou toda uma geração de brasileiros.

O.G. – É. E aí nós moramos, finalmente, porque um irmão se formou médico, o primeiro irmão que se formou médico, o Osvaldo, e foi morar e clinicar em São José do Rio Pardo. Foi ser otorrino naquela época. E ele, muito apaixonado pelo estudo, era um rapaz muito inteligente e gostava disso, liderou essa campanha, esse movimento por Euclides da Cunha em São José. E lá nós ficamos, minha família ficou lá. Mas eu praticamente não morei lá porque já era estudante no Rio de Janeiro, de medicina...

I.F. – E por que Rio e não São Paulo?

O.G. – A escola de São Paulo tinha sido recentemente inaugurada, fundada. Não era uma escola que tivesse o nome que tinha a escola do Rio de Janeiro. Lá para o interior de São Paulo, de Minas Gerais, todo mundo vinha estudar no Rio de Janeiro. A escola era uma atração, tinha a figura do Miguel Couto, do Carlos Chagas, desses grandes luminares da medicina no Brasil e aquilo, para a mocidade, era uma atração enorme. Todo mundo vinha para o Rio. A escola de São Paulo estava se formando, ela parece que é de 1930, 34, é recente. Ela também é uma grande escola, logo se tornou uma grande escola, mas naquele tempo a escola que magnetizava melhor, mais a mocidade, era a escola do Rio de Janeiro, a Faculdade Nacional de Medicina.

I.F. – Nesses sete irmãos, o senhor é que número?

O.G. – Eu era o sexto. Dois homens, três mulheres e mais dois homens, essa é a seqüência. Os dois homens foram os primeiros que foram estudar no Rio. Depois fomos nós, os outros dois, que estudamos também medicina no Rio.

I.F. – Todos são médicos?

O.G. – Todos são médicos.

I.F. – E de onde surgiu essa idéia? Porque seu pai não era médico.

O.G. – Não era médico. Surgiu da conversa, da convivência na cidade, todo mundo gostava de estudar, de ler, essa coisa toda facilitava a interpretar uma vida para a frente com esse futuro de universitário. Eu tenho a impressão que foi isso.

V.A. – Mas podia ter sido escolhido, por exemplo, direito.

O.G. – É, eu tenho a impressão que, para um imigrante italiano, o que serve mesmo é uma coisa mais objetiva: ou engenharia ou medicina. E lá parece que a sedução foi mesmo a medicina. Primeiro porque os dois irmãos foram estudar, e nós fomos com eles, fomos na idéia deles.

I.F. – O senhor falou que é descendente de italiano. Seu pai era italiano?

O.G. – Meu pai e minha mãe. Meu pai é napolitano e minha mãe é pisana.

I.F. – E os nomes deles?

O.G. – Meu pai é Francisco Galotti. Vocês vejam que os nomes da família são muito parecidos.

V.A. – E seu filho também é Francisco.

O.G. – É Francisco por causa do meu pai. O meu pai é Francisco Antônio, que eles também têm Antônio na família. Então, são uns nomes mais ou menos comuns numa família.

V.A. – E sua mãe?

O.G. – Minha mãe é Fédora Delber.

I.F. – E eles já vieram casados?

O.G. – Não. Eles vieram crianças da Itália, todos os dois.

V.A. – Quando, o senhor sabe dizer?

O.G. – Bom, meu pai parece que é de 89 ou de 88, minha mãe de 91. Eles vieram em 1894, com um ano, dois anos. Eles vieram pequenos.

V.A. – E vieram logo para o interior de São Paulo?

O.G. – Logo para o interior. Vinham para São Paulo e, de São Paulo, para o interior. E essas duas famílias se encontraram em Espírito Santo do Pinhal e ali, então, meu avô por parte de mãe era marceneiro, tinha uma marcenaria. Ele era muito caprichoso para fazer os móveis e tudo o mais, era um profissional excelente. O filho dele foi um grande profissional também na carpintaria — na carpintaria, não, na marcenaria. Eles tinham uma fábrica de móveis bonita, aqueles móveis todos trabalhados, eles trabalhavam assim. De modo que se conheceram e se casaram em Pinhal.

V.A. – E o avô por parte de pai era o quê?

O.G. – Esse era pintor, pintor de parede, gente muito humilde. Veio da Itália mesmo para arranjar a vida aqui.

I.F. – Naturalmente em São Paulo porque já tinha uma colônia italiana.

O.G. – Já havia uma colônia italiana em que um ajudava o outro, orientava, aquela coisa.

V.A. – E o senhor nasceu em que dia?

O.G. – Eu nasci no dia 6 de maio de 1920 — 79 anos na cacunda.

I.F. – E o senhor fez os primeiros estudos em...

O.G. – Casa Branca. Em Casa Branca eu não fiz o ginásio. Meus irmãos também não fizeram o ginásio em Casa Branca porque naquele tempo Casa Branca, tinha uma escola normal. Era uma das únicas na região — era lá e em Piraçununga. Tinha uma em São Paulo, uma em Campinas, uma em Piraçununga e outra em Casa Branca. Era um estudo já avançado para a época. Em 1920, formar professora já era...

I.F. – Geralmente, era procurado por mulheres, não?

O.G. – Por mulheres. E meu pai... Ele era uma pessoa simples mas era um sujeito de olhar para o futuro e queria dar para os filhos uma profissão melhor. Nós tínhamos uma convivência muito boa na cidade e ele queria que nós fôssemos estudar... — eu acho que ele que falava que era medicina, mas eu era muito pequeno e não me lembro. Mas eu sei dizer que ele nos insuflou essa vocação e, para fazer, nós tínhamos que estudar em um ginásio. Para fazer curso superior, precisava passar por um ginásio. Para a escola normal, você passava por um estudo chamado complementar, mas que não dava acesso a uma universidade. Para fazer universidade, tinha que passar por um ginásio. Meus irmãos, então, foram os dois estudar em [Muzambinho?] — era onde havia um bom colégio. Era no sul de Minas, um colégio muito bom, muito bom mesmo.

I.F. – De padres?

O.G. – Não, acho que nem era de padres. Os dois irmãos estudaram lá.

I.F. – Internos?

O.G. – Internos. E papai viajava, fazia a zona dele e, quando passava por lá, via os dois, aquela coisa, dava a mesada, aquelas coisas simples de gente que não é sofisticada e faz a vida. E eu, quando já tinha finalizado o meu primário, fui estudar em Pinhal, que tinha já um ginásio. Casa Branca não tinha e eu fui estudar em Pinhal para fazer o ginásio. Porque nós tínhamos que estudar medicina, nós íamos fazer curso superior e fazer o complementar, em Casa Branca não servia. Então, nós saímos para estudar. Eu fui. No primeiro ano em que eu fiz o ginásio em Pinhal, já criaram o ginásio em Casa Branca. Aí eu voltei, vim estudar em Casa Branca e fiz quase que o curso completo, até o secundário, em Casa Branca.

V.A. – Então o senhor não foi interno?

O.G. – Não, eu não. Nem eu nem o outro irmão fomos internos.

I.F. – E esse ginásio era público ou particular?

O.G. – Era público, eu acho.

I.F. – Geralmente, era público ou de religiosos. Raramente, no interior...

O.G. – Não, eu acho que era particular. Mas sobre isso eu não tenho certeza. Fiz o primeiro ano lá e parece que era particular.

V.A. – E suas irmãs, fizeram a escola normal?

O.G. – Fizeram, todas as três se formaram professoras na escola normal. Nossa vida lá era essa.

I.F. – E de lá o senhor foi fazer vestibular no Rio de Janeiro?

O.G. – Fiz o cursinho no Rio de Janeiro, ali na [inaudível], perto da Praia Vermelha. Naquele tempo era o universitário, como chamavam. Fiz dois anos de colégio universitário no Rio. Eles inventaram o universitário porque achavam que o que se aprendia no ginásio era insuficiente para galgar o curso superior e então inventaram uma formação intermediária e criaram o universitário. E nós entramos no universitário para depois fazermos o vestibular. Eu fiz o vestibular para a Faculdade Nacional de Medicina e entrei.

I.F. – Essa faculdade era ali perto da Praia Vermelha também?

O.G. – Era na Praia Vermelha, aquele célebre prédio da Praia Vermelha. O Instituto Anatômico era na Santa Luzia, nós tínhamos aula de anatomia na Santa Luzia. Os hospitais eram em diversos lugares do Rio de Janeiro: Moncorvo, São Francisco, Santa Casa...

V.A. – Em que ano o senhor entrou na universidade, o senhor lembra?

O.G. – Acho que em 38, não sei bem. Eu me formei em 45; 44, 43, 42, 41... 40! Em 40. Em 38 e 39 eu fiz o cursinho. No fim de 39 ou começo de 40, fiz o vestibular. E pronto, em seis anos eu fiz o curso.

V.A. – E como era esse curso? Como eram os professores? Era muito rigoroso?

O.G. – Não, nunca a escola de medicina do Rio de Janeiro foi rigorosa nesse sentido. A escola mais disciplinada era a de São Paulo. Na escola do Rio, eles davam ao aluno uma certa independência para estudar. Admitiam o aluno como um ser adulto e responsável por seus atos. Então, ali você cursava naturalmente com esse *élan* de rapaz já formado. Tinha disciplinas difíceis e disciplinas mais fáceis.

V.A. – Quais eram as difíceis?

O.G. – A disciplina mais difícil da escola foi sem dúvida anatomia, que era uma disciplina de primeiro ano. No primeiro ano você tinha duas disciplinas: histologia e

anatomia. Eram as duas matérias básicas do curso. Anatomia, meu professor foi Fróis da Fonseca, um grande lumiar de anatomia, um gaúcho, um sujeito extraordinário, um grande anatomista brasileiro. Ele veio defender uma tese no Rio de Janeiro e ganhou o concurso. Um sujeito fora de série. Mas o curso era difícil porque anatomia é um decoreba desgramado, não tem raciocínio em cima da anatomia. Quer dizer, na verdade tem raciocínio mas a descrição de um músculo, de um osso, a posição de um osso, a descrição do intestino, descrição do estômago, tudo é forma: você tem que analisar uma forma e descrever. E você sabe que, em anatomia, as coisas são descritas com a maior minúcia possível. Coisinhas insignificantes, que para você passam despercebidas, para o anatomista têm nome, têm lado, têm extremo, têm isso, têm aquilo — inventa-se uma porção de coisas para localizar aquela estrutura dentro do organismo. De modo que é um estudo difícil mas baseado mesmo na decoreba.

I.F. – E tinha facilidade de laboratório, de estudar cadáver?

O.G. – Cadáver, estudava-se com cadáver. E além disso, tinha a parte prática que era a dissecação. Então, você tinha que preparar peças e aí dependia muito da habilidade das pessoas, dos alunos — um mais perfeccionista, outro menos — mas você tinha que preparar a peça sem danificar a estrutura. Você, quando vai fazer uma dissecação por exemplo na região peitoral, ou qualquer região, se você ferir a artéria que passa aqui, pronto, já perdeu o trabalho. Não pode, tem que dissecar tudo como é, o que é realmente uma coisa difícil porque o cadáver tem uma coisa: ajuda de um lado e não ajuda de outro. Ajuda porque não tem sangue e, quando não tem sangue, não atrapalha muito. O que atrapalha o cirurgião é o sangue. Mas ali não tem sangue e você tem a oportunidade de visualizar melhor os elementos. Mas por outro lado, o cadáver é um pouco ressequido, o formol resseca um pouco o cadáver, não dá aquela maciez de uma estrutura anatômica normal de quando você está operando, que é mais agradável. Então, o aspecto de uma peça, eles enfeitam muito essa peça com corantes que eles põem dentro de vasos para ficar mais bonito. Mas as peças geralmente preparadas anatomicamente assim, não são tão bonitas, principalmente por alunos que não têm habilidade grande ainda no bisturi. Mas é uma cadeira difícil por causa da memorização.

V.A. – E outras cadeiras que o senhor teve?

O.G. – Cadeira difícil na escola foi a farmacologia, não por ser uma cadeira difícil em si. Você estudar a ação dos medicamentos sobre os tecidos, sobre o organismo não é difícil, é um pouco de aplicação de fisiologia, que é uma cadeira difícil. Você conhecer o funcionamento de um órgão é pesquisa pura. Não é fácil, medicina não é fácil. Mas farmacologia era difícil porque o professor era o Pedro Pinto, o diabo em pessoa. Nossa Senhora! Para se ter uma idéia — você é capaz de lembrar —, havia um grande jogador de futebol, no Botafogo, chamado Carvalho Leite, ele ficou sete anos repetindo na escola por causa do Pedro Pinto. Pedro Pinto não era brincadeira! Não era brincadeira! Ele era um grande filólogo, conhecia português profundamente, e era exigente demais em português e em tudo. Então, as perguntas que ele fazia, nós ficávamos sem saber interpretar direito o que ele queria dizer. A gente não sabia como responder porque a gente tinha muito medo de escrever besteira. E ele era muito severo na nota, não era muito fácil para dar nota, não. De modo que a cadeira dele era, para nós, um grande obstáculo na escola.

Outra cadeira que também era um grande obstáculo, não pelo fato do professor ser exigente demais, era a do professor... era Pinto também. Na escola tinha quatro

Pintos: Adelino Pinto, Pedro Pinto e tinha mais dois. Eu não me lembro do nome do professor de anatomia patológica, mas também era um carrasco para dar nota, reprovava todo mundo!

V.A. – Quando o senhor chegou na faculdade, seus irmãos já tinham saído?

O.G. – Já tinham saído. A diferença minha para o irmão mais velho são 11 anos; do segundo são nove. E o Osvaldo formou-se muito mocinho — ele é um rapaz muito inteligente, tinha as melhores notas do colégio e logo varou tudo; quando ele tinha 22 anos, era formado em medicina.

I.F. – E o senhor morava onde, no Rio de Janeiro? Pensão, casa de família, em que bairro?

O.G. – Pensão. Morei inicialmente no Flamengo, morei na rua General Polidoro, morei na rua Paissandu...

I.F. – E o senhor ia de bonde para a faculdade?

O.G. – De bonde, no bondinho.

I.F. – Até porque, naquela ocasião, durante a guerra, condução não era fácil.

O.G. – Primeiro, não tinha carro, era gasogênio. Não tinha carro, quase. E nem nós tínhamos condições de ter carro.

I.F. – Naquela época, só rico tinha carro.

O.G. – Só muito rico tinha carro. Você não sabia o que era uísque, não existia esse negócio de uísque como hoje.

I.F. – Mas tinha o chope da Brahma.

V.A. – E da Antártica.

I.F. – Não, na cidade tinha a Brahma...

O.G. – Não, disso eu nem ouvia falar. Nunca tomei chope, só vim a tomar depois de médico.

I.F. – Era um ponto conhecido, a Brahma, na cidade.

O.G. – Lá na Galeria Cruzeiro?

I.F. – Isso. Olha que conhece.

O.G. – Conheço assim, porque a gente conhecia a Galeria Cruzeiro e sabia que lá era a Brahma. Mas nunca freqüentei para tomar chope.

I.F. – Por quê? O senhor ficava só estudando ou não tinha dinheiro?

O.G. – Não tinha dinheiro, não tinha o hábito... O pessoal do interior não tem muito esses hábitos. Bebida? Nós nunca bebíamos cerveja, nada disso. Não usava isso. De modo que a gente não conhecia direito. A gente tinha um passeiozinho de noite, ali naquela roda de estudantes, tomava um café... O café anterior à minha época no Rio de Janeiro, que foi a época dos meus irmãos, era o Café Lamas, ali...

[FINAL DA FITA 1-A]

I.F. – E o Bar Luís também.

O.G. – Não, para o paulista era o Café São Paulo. Era na esquina de quem chega no largo do Machado, na primeira rua transversal, anterior à chegada de quem vem do Flamengo — tinha ali na esquina o Café São Paulo. E ali os paulistas se reuniam, ali era o nosso ponto de reunião. Então, você saía da pensão, ia até ali, conversava um pouco, fazia uma hora e voltava para estudar. Era a nossa vida. Não tinha esse negócio de bailes, a gente não sabia disso.

V.A. – E namoradas?

O.G. – Namoradas, tinha algumas lá do interior. A gente sempre teve uma namoradinha ou outra, mas não existia muito essa preocupação de namorar como tem hoje. Hoje o negócio parece que está muito mais avançado. Eu mesmo me casei muito tarde, me casei com 37 anos. Não era mole, não.

I.F. – Mas aí o senhor formou-se em 1945. Esteve interno, como residente?

O.G. – No Rio de Janeiro havia uma coisa de liberdade quanto a isso. A gente, cada um fazia a sua carreira médica, a escola não intervinha muito nisso, deixava a gente à vontade. Eu, nessa coisa de pessoa de interior, queria logo me preparar para ir para o interior, e logo procurei, no segundo ano de medicina, fazer laboratório. Achava que aprender aquelas técnicas de laboratório era interessante para conhecer medicina. E fui trabalhar no laboratório do Hospital São Zacarias, ali na entrada do túnel.

I.F. – Sei, hospital infantil.

O.G. – Hospital infantil. E ali foi, a bem dizer, a definição do meu destino.

I.F. – Ali o senhor decidiu-se por ortopedia?

O.G. – Foi ali. Trabalhando no laboratório, conversando com um médico, com outro, prestando serviço, aquela eficiência, a gente queria atender todo mundo direitinho para mostrar serviço. Eu não sei, o pessoal da ortopedia, o Zé Viana de Carvalho, que era o interno do serviço de ortopedia, perguntou: “Você não quer assistir a umas operações?” “Vem perguntar para mim se eu quero assistir a umas operações? É lógico que eu quero.” Quer sedução maior do que entrar em uma sala de cirurgia?

V.A. – Para mim, não é nenhuma. [risos]

O.G. – Para um estudante, é. É uma sedução: “Puxa, entrei em uma sala de cirurgia.” “Eu quero!” E fui. O José Viana de Carvalho, então, foi praticamente um preceptor para mim. Foi um grande amigo que eu tive e ele praticamente foi quem me influenciou. Eu vim parar aqui por causa dele porque aí continuei fazendo meu curso, dando as outras matérias, mas o meu tempo eu dedicava à ortopedia depois que saí do laboratório. E comecei, fui fazendo essa coisa, ele também fazendo ortopedia, traumatologia, aquela coisa toda. Ele se formou e estavam construindo Volta Redonda. E quem era o grande calculista de Volta Redonda era o cunhado dele, o Noronha, professor Noronha da Escola Politécnica.

I.F. – Foi um grande calculista do Rio de Janeiro.

O.G. – Um dos maiores calculistas. E ele então, quando vagou um lugar de médico aqui em Volta Redonda, de ortopedista — porque o primeiro ortopedista aqui foi um de São Paulo, dr. Nelson, que eu também não conheci — ele convidou o José Viana de Carvalho para vir para cá. E eu fiquei no lugar dele, trabalhando.

I.F. – No São Zacharias?

O.G. – No São Zacarias. Eu fiz toda a minha escola no São Zacarias. Bom, aí o Zé Viana veio para cá acho que em 44, 45... Em 44 ele veio para cá e, de vez em quando, ia lá no hospital porque ele gostava muito do chefe nosso — não lembro o nome agora, vou me lembrar depois e digo. Mas ele ia sempre lá nos visitar e tudo o mais e contava histórias de Volta Redonda para mim. Uma vez até, em 45, ele me trouxe aqui para visitar. Eu vim, visitei Volta Redonda, achei fabuloso. Desci na estaçãozinha aqui, aquele movimento de operários, de construção, uma coisa fabulosa. E fiquei entusiasmado. Mas voltei, fui embora.

V.A. – Quais as histórias que ele contava para o senhor sobre Volta Redonda?

O.G. – Falava do ambiente que havia aqui. E falava uma coisa específica que mais o seduzia e a mim também: é que ele achava que o hospital que havia na companhia, que era um hospital provisório, de madeira, não seria o hospital definitivo. Volta Redonda era uma cidade do futuro, seria uma *grande* cidade, era um movimento, uma coisa fabulosa. E ele achava que Volta Redonda tinha que ter um bom hospital e que a companhia não tinha muito interesse em construir um hospital em Volta Redonda. Ela queria fazer aço, não queria saber de hospital, de saúde, nada disso. No início, era porque ela era detentora do poder todo e tinha que cumprir os compromissos aqui com o povo, com o operariado. Mas ele via que a companhia não tinha um interesse imediato em construir um hospital e ele achava que aqui precisava ter um hospital à altura do que estava sendo Volta Redonda. Já naquela época devia ter mais de 20 mil operários trabalhando aqui, era muita coisa.

V.A. – Nós soubemos que os operários, quando chegavam aqui, tinham que se submeter a um exame de saúde?

O.G. – Isso.

V.A. – Toda vez era assim? Todos os operários?

O.G. – Todos.

V.A. – Como era esse exame?

O.G. – Bom, deixa eu contar essa história aqui. Então, o Zé Viana falava comigo: “Nós temos que construir, temos que tomar esse negócio a peito e fazer isso, não deixar a companhia fazer, não; nós tomarmos essa iniciativa: vamos construir esse hospital.” E eu estava lá no Rio de Janeiro, me formando ainda, no finzinho da minha formação, e ele me contando essas coisas e eu ouvindo. Aí, eu ainda estava no sexto ano de medicina quando ele me falou: “Olha, eu vou fundar uma sociedade, a Sociedade Hospitalar de Volta Redonda, e você vai ser um dos sócios cotistas.” Era uma sociedade limitada. E ele: “Você vai ser um dos sócios. Eu vou convidar outros colegas e vamos tentar construir um hospital lá.” Ele tinha o cunhado, que era um sujeito especial nisso, era um calculista, e tinha tudo a favor dele para fazer isso. “E nós vamos fazer isso com a Companhia Siderúrgica Nacional e com o IAPI.” Eram três grupos: a companhia, o IAPI e os médicos.

V.A. – Os três faziam parte da sociedade.

O.G. – Os investidores; o IAPI, que era o usuário, que seriam os empregados — nós éramos da indústria —, e nós, os médicos, o grupo técnico. E fizemos essa parceria, os três. Uns oito ou dez médicos entraram nessa história, eu entrei naquela época também, dentistas entraram, fizemos uma sociedade. E então começamos a construir o hospital — ele começou a construir. Aí eu me formei. No começo de 46 eu era médico e ele então estava com essa idéia, começando a construir o hospital. E, para construir o hospital, para tomar conta daquele trabalho, ele precisava sair da condição de médico da companhia.

I.F. – Ele estava como funcionário da companhia, recebendo como funcionário da companhia?

O.G. – Como funcionário da companhia e fazendo esse movimento, a construção do hospital para a companhia. Explorado pelos médicos, com o auxílio da própria companhia, que era uma interessada, e do IAPI, que era o instituto, naquela época, para os industriários. Era dividido: era comerciários...

V.A. – Quem entrava com o dinheiro nessa sociedade?

O.G. – Nós entramos com as ações, nós compramos um grupo de ações — eu não me lembro com quanto cada um entrou, mas tudo também dentro das nossas posses, não era exagerado; o IAPI entrava com uma parte, e a companhia com outra. E o hospital era feito sob empréstimo do IAPI e da companhia. E ele ficou sendo o diretor-geral da construção do hospital.

I.F. – Saiu da companhia então?

O.G. – Ele teve que sair da companhia e chegou para mim e disse: “Então você vai ocupar o meu lugar lá.” Aí eu vim para cá, em setembro de 1946, ocupei o lugar dele e passei a participar dos trabalhos de construção do hospital, o ajudava.

I.F. – Trabalhava no hospital provisório...

O.G. – É, no hospital de madeira, e ajudava na construção. É esse hospital aí.

I.F. – E quem fez o projeto?

O.G. – Ele fez tudo, ele fazia tudo. Esse hospital atual... não era desse tamanho que é hoje, mas a parte anterior foi toda feita por nós.

V.A. – É esse Hospital Santa Cecília?

O.G. – Ele chamava-se Hospital da Companhia Siderúrgica Nacional — era o primeiro nome dele. Agora é Hospital Santa Cecília. Depois o hospital passou a levar o nome de Hospital Siderúrgico e, agora que se desmembrou completamente, que passou inicialmente para a Fundação Edmundo de Macedo Soares e Silva e depois então acabaram com essa fundação, criaram a Fundação CSN, ele levou um outro nome.

I.F. – E esse dr. Noronha, que era o calculista, não morava aqui, ficou sempre no Rio?

O.G. – Não, era casado com a irmã dele, com a irmã do Zé Viana.

I.F. – Mas morava no Rio.

O.G. – Morava no Rio, lá na subida da Tijuca que saía para a Barra da Tijuca, naquela subida. Tinha uma casa bonita.

I.F. – Fazia os cálculos...

O.G. – Tudo era no escritório dele no Rio de Janeiro. Ele só vinha aqui acho que uma vez por semana, no começo. Ele tinha fundações aqui fantásticas. Por exemplo, a fundação do alto-forno, a fundação da aciaria, são fundações que gastaram mais cimento do que o Maracanã! Então ele tinha um trabalho aqui, mas a coisa era feita no escritório dele no Rio de Janeiro — acho que era na rua do Ouvidor — e ele trazia para cá os cálculos. Ele só fazia a parte de cálculo. O projeto foi feito pela McKee lá nos Estados Unidos.

I.F. – Mas aí o senhor veio para cá. O senhor me falou, quando nós estávamos no hotel ainda, que veio porque o general Edmundo queria um ortopedista, que ele teve influência na sua vinda para cá.

O.G. – Não! Ele teve influência na minha ida para os Estados Unidos. Eu, quando já estava aqui há muitos anos, fui fazer um curso de cirurgia de mão nos Estados Unidos. E ele falou: “Você tem que ir, você vai...” Eu estava meio indeciso e no fim eu fui.

I.F. – O senhor veio para cá em 46 e ficou trabalhando no hospital de madeira. E quando ficou pronto esse outro?

O.G. – Eu, quando cheguei aqui, o hospital era um hospital de madeira, Hospital Provisório que eles chamavam. O hospital tinha aquelas portas com aquelas telas para

não entrar mosquito, era tudo assim. Antigamente, as construções aqui eram todas assim, com aquelas telas, porque os americanos exigiram isso.

V.A. – Eu ia até falar que parece construção americana, lá eles têm muito telas de mosquito.

O.G. – É, isso, tinha tudo isso. Mas era todo em madeira sobre pilotis porque ficou em uma área do Jardim Paraíba, meio próxima do rio Paraíba, e era uma área muito propensa a inundação. Era logo depois da passagem de linha, logo em seguida. Tinha, de um lado, o departamento de transporte, onde ficavam todas as viaturas da companhia — eram abastecidas, reformadas, mantidas, era tudo feito no departamento de transportes — e um pouco mais à frente, para baixo, o hospital de madeira. Era um hospital com uns 70 leitos mais ou menos, 50, eu não lembro direito; era um hospital de porte médio. Um hospital que tinha só dois quartos particulares, o resto era enfermaria, e era só para atender o pessoal da companhia, os empregados da companhia e seus dependentes. Era um hospital fechado — como era o hospital da companhia até algum tempo atrás. Ele foi construído com esse objetivo: só atender o pessoal da Companhia, a família siderúrgica. Abria assim para uma exceção, para atender a um outro pedido, um caso muito grave, porque se tinha uma medicina um pouco melhor e então precisava de uma solução para um problema mais grave, então eles encaminhavam para o hospital e a Companhia permitia o atendimento. Mas a rotina do dia-a-dia era para atendimento da família siderúrgica e com especial atenção para a parte de acidentes do trabalho. E havia um ambulatório especialmente para atender acidentes de trabalho. Quando cheguei, eu fiquei responsável por ele.

Nesse ambulatório tinha até um enfermeiro fabuloso, o Otacílio, que veio de São Paulo com o ortopedista Néelson, e que foi um dos homens mais excepcionais que já vi na vida — o método, a eficiência dele para trabalhar era uma coisa de louco. Otacílio Clementino de Sá. Hoje ele deve estar com uns 90 anos ou mais. Está vivo ainda aqui em Volta Redonda. Além disso, nós éramos seis médicos nesse hospital de madeira. Não havia essa especialização tão profunda como existe hoje. Era uma coisa, mais ou menos, de cirurgião para obstetra, de obstetra para laboratorista, e não passava muito disso; clínico, não ia muito além disso, não. E ortopedista porque aqui exigia por causa dos traumatismos. E eram seis médicos e o mais antigo era o dr. Murilo César dos Santos. Depois vinha o Paulo Monteiro Mendes, clínico e obstetra. Depois vinha o Duílio Pelegrini, já morreu, laboratorista. Depois vinha o Pedro Jaimovich, cirurgião e obstetra — o Paulo era clínico obstetra e ele era cirurgião obstetra. Depois vinha o Frederico Carlos de Abreu e Sousa Júnior, cirurgião. Depois eu. Seis médicos. Nós tínhamos um horário de trabalho, minha filha...! Aqui era uma zona de guerra. Não podia ser convocada a turma daqui — nós já estávamos em 46, mas continuava zona de guerra. E o horário, também — aqui a legislação trabalhista era mais ou menos. Aqui era esforço de guerra, zona de guerra e esforço de guerra; então, a turma tinha que trabalhar de acordo com as normas gerais. Eram oito horas de trabalho para todo mundo? Era para médico e para todo mundo. Médico não tinha esse negócio de quatro horas. Nós trabalhávamos oito horas por dia. Além disso, nós dávamos um plantãozinho por semana, ficávamos à disposição do hospital — podendo ir dormir em casa, mas ficávamos à disposição do hospital, à disposição das visitas médicas. Tinha um serviço de visita domiciliar, tinha um programa em que um médico dava a visita domiciliar naquele dia. Então, um operário ficava doente em casa, pedia um médico e um médico do hospital ia na casa dele e atendia. Ele e seus familiares.

I.F. – Dr. Galotti, eu queria uma explicação. Esse hospital foi montado com uma construção precária. Madeira, tudo isso, com o maior cuidado...

O.G. –Provisório, melhor dizendo.

I.F. – Não era precário não?

O.G. – Não era precário, era provisório. E era muito bem equipado.

I.F. – Isso é o que eu queria saber. Como era o equipamento? Vinha de onde? A montagem desse equipamento, os laboratórios, radiografias, como funcionava isso?

O.G. – Eu acho que o serviço mais fraco era o de radiografia, que não tinha um radiologista, tinha um técnico em radiologia.

I.F. – Mas tinha aparelhagem?

O.G. – Tinha o raio X, tinha tudo. Ah, não, isso tinha tudo! Laboratório, tudo. Para a época, era um hospital mais equipado do que o comum. Tinha tudo. Basta dizer que as enfermeiras eram enfermeiras Ana Néri, e tinha muitas enfermeiras Ana Néri. Para a senhora ter uma idéia, o primeiro prédio da rua 46, à direita de quem vai para a Escola Técnica, tem um hotel, o hotel das enfermeiras. Ali, só tinha enfermeira.

I.F. – Enfermeiras de alto nível, então.

O.G. – De nível! Tinha atendentes e enfermeiras. Eu não sei se era o 66 ou o 42, era um número assim. O lado de cá era par, o nosso era o 80. O hotel 80 era dos médicos e dos engenheiros. O hotel 66 era dos engenheiros, no hotel 80 misturou engenheiro com médico e no hotel 92 eram os auxiliares de escritório.

I.F. – Não faltava material, gaze...

O.G. – Não, isso não! Não, isso de jeito nenhum

I.F. – Tudo perfeito. Tudo de alto nível, então?

O.G. – Eu vou dizer uma coisa para a senhora. Nós, eu e o Zé Viana de Carvalho, não fizemos pesquisa nenhuma porque, muito moços, não tínhamos esse *élan* de pesquisa. Essa coisa foi de difusão mais tardia na vida da gente. Mas o nosso atendimento de acidentados era uma coisa tão bem feita que não usávamos soro antitetânico como preventivo de tétano. Isso aqui era uma fazenda, lugar de curral, ali perto foi um antigo curral, tinha dejetos de animais, que é onde se cultiva o bacilo tetânico, os esporos do bacilo tetânico e tudo o mais. Nós só fazíamos aquele tratamento fino da cirurgia. Chegava um ferimento, nós lavávamos com água e sabão, desbridávamos direitinho, costurávamos, fazíamos tudo e nunca tivemos... Me lembro que o Zé Viana de Carvalho falava para mim, naquela época, ele que era um entusiasmado por esse trabalho, para a gente escrever um trabalho sobre isso. Tínhamos atendido naquela época 30 mil acidentados e não houve um caso de tétano — por causa do serviço. Esse Otacílio era um sujeito formidável por causa disso. Era um sujeito caprichoso. Ele entrava no ambulatório, vamos dizer, às sete da manhã, às sete em ponto. Às 7:00h ele

fazia o ritual de montagem das coisas do ambulatório, que era uma verdadeira missa, era todo dia a mesma coisa. Perfeito!

I.F. – E tinha acidentes muito graves aqui?

O.G. – Era uma época de construção da usina, em que os acidentes eram mais de construção. Era um outro tipo: Pisar em prego era comum, ferimentos, isso era *muito* comum. E eram ferimentos diários, uma média de muitos atendimentos por dia, pequenos e regulares. E alguns acidentes graves.

I.F. – O senhor lembra de alguma coisa muito grave, de chegarem cinco ou seis ao mesmo tempo, que tenha sido tumultuado?

O.G. – Puxa vida, minha filha! O que eu fiz mais aqui foi isso.

I.F. – Eu lembro que na construção de Brasília diziam que chegava caminhão de gente acidentada, de repente.

O.G. – Não, nessa parte de construção não era tanto. Mas na parte de operação nós tivemos um acidente grave. Estourou uma panela do alto-forno, morreram acho que umas 50 pessoas. Foi uma explosão, porque quando você tira o ferro, recebe em uma caçamba que você maneja para lá, para cá...

[FINAL DA FITA 1-B]

V.A. – O senhor estava falando de um acidente que houve, muito grave.

O.G. – Muito grave, mas já havia o hospital novo nessa época. Já estava na fase de operação da usina e já estamos falando do hospital novo. E esse operário, ao pegar essa panela, tinha chovido e parece que o chão estava úmido e ele, ao pegar a panela, um dos ganchos não encaixou direito do lado da panela e a levantou torta. Ela emborcou e aquele ferro fundido, a mil e tantos graus, caiu. Ao cair, encontrou uma zona úmida e houve uma explosão por causa da evaporação imediata e queimou umas 50 ou 60 pessoas, eu não me lembro direito. Chegaram pedacinhos de corpos assim. E nós atendemos uns 30 queimados. Morreram todos, só sobrou um.

I.F. – Que coisa triste, isso.

O.G. – Esse foi um dos acidentes mais tristes.

V.A. – Quando foi, o senhor se lembra?

O.G. – Eu sei que era no hospital novo; agora, lembrar direito... O hospital novo foi inaugurado em 1953, maio de 53, o Getúlio até veio aqui inaugurá-lo, e isso foi posteriormente, alguns anos depois. Eu não sei precisar a data, isso tem que pesquisar. Mas foi um dos momentos tristes.

Por isso que eu tive uma certa preocupação quando a usina foi privatizada. Uma usina como esta precisa ter, na sua retaguarda, um hospital do porte do que a companhia tinha. Não é bem só para atender a família siderúrgica, apesar dela ter um certo merecimento porque dedicou a vida a fazer esse troço aí, mas porque ela está exposta, na operação mesmo, a grandes acidentes, acidentes graves. E se você não tiver um

serviço organizado, embora ele fique à toa um tempão, chega uma hora em que você vai precisar dele.

I.F. – Tem que estar tudo ali prontinho.

O.G. – Pronto! E material, equipamento e corpo médico disponível o tempo todo, dia e noite. Uma coisa é você ter um corpo médico disponível e outra coisa é você ter um corpo médico que vai lá eventualmente para prestar um serviço. De modo que isso me impressionou muito na privatização da companhia, quando fizeram essa transferência. Mas, não querendo fugir do nosso tema...

I.F. – Mas acidentes de fraturas, de cortes, tombos...

O.G. – Isso muito, diversos, foi até brincadeira. Nossa!

V.A. – O senhor disse que era só para os funcionários. E os funcionários das empreiteiras que trabalharam na construção?

O.G. – Não tinha muito no início. Tinha umas empreiteiras, mas não tantas.

V.A. – Eles não eram atendidos quando havia acidentes de trabalho?

O.G. – Aí sim, só para acidentes de trabalho. Mas atendimento de medicina de rotina, não.

V.A. – Só acidentes de trabalho. Nesse caso, mesmo sem ser funcionário da CSN era atendido.

O.G. – Era atendido. Bom, isso é até uma obrigação de lei. Numa emergência, você é obrigado a atender qualquer pessoa indistintamente. E também tinha uma outra razão: o depositário do acidente de trabalho era o IAPI na época, o INPS depois. Você paga uma contribuição, por operário, ao INPS para ele prestar não só o atendimento como bancar seu salário. O INPS recebe parece que 2,5%, depende, tem taxas diferentes. Uma indústria pesada, uma siderúrgica, é 3%. Um escritório, é 1% da folha. O INPS recebe isso não só para prestar o atendimento médico como também cobrir o salário enquanto ele ficar afastado do serviço. De modo que o INPS é praticamente responsável por um hospital desse. Ele tem que pagar essa assistência para alguém, não tem? Alguém tem que prestar assistência a um acidentado e o INPS é um dos responsáveis. Então, se ele recebe isso, por que não deve ter um hospital? Principalmente em uma região como Volta Redonda, que centraliza uma área muito grande do Sul Fluminense e pode dar um padrão de assistência melhor para todo mundo que venha a necessitar.

V.A. – E para a proteção do acidente de trabalho, os funcionários tinham, dados pela companhia, capacete...

O.G. – Isso é outro serviço, é a divisão de medicina industrial. Isso é uma medicina diferente, eu não estou falando dessa medicina.

V.A. – Mas eu queria saber porque o senhor falou que atendia muito acidente de trabalho. Quais eram as condições dentro da usina, o senhor tinha conhecimento se as pessoas tinham obrigação de usar capacetes, botas, luvas desde o início?

O.G. – Nisso, a usina sempre foi primorosa.

V.A. – Desde o início?

O.G. – Desde o início. Vamos dizer, quando já começou a fase de operação, então ela começou a colocar essas coisas: capacete, corda de proteção, isso tudo eles têm aí.

V.A. – Mas os acidentes ocorrem independente, muitas vezes...

O.G. – Há certos acidentes que independem. Por exemplo, eu me lembro de um acidente que marcou muito. O sujeito ia transportando uma panela dessas de ferro fundido ou aço, parece que era aço, da aciaria para a laminação. Eles pegam o alto-forno, vaza o aço lá, não sei o quê, e recebe em cantoneira e depois também em umas panelas. Eu sei que ele ia transportando uma panela com ferro fundido parece. E ia num trem, um trenzinho com um vagonete que ia levando aquele negócio. E vai numa certa velocidade com um homem naquele carrinho na frente, tem uma maquininha atrás e o homem na frente controlando. Eu não sei também, é sempre no raio da garra! Quando ele entrou numa curva, uma garra daquelas não estava bem colocada, a panela emborcou e ele foi junto, emborcou também com o carrinho. Ele morreu, ficou naquela posição, quando ele ia caindo, de quem cai. Ficou queimado inteirinho, ressequido. Ficou daquele jeito, morto na mesma hora. Queimou uma pessoa inteirinha!

I.F. – E nós soubemos também, até entrevistando um senhor que era do escritório central, que teve um problema de um acidente em que as pessoas morreram eletrocutadas. O senhor sabe disso?

O.G. – Tem, aqui tem. Um acidente que eu acho que aqui teve, não sei contar direito, mas tem um acidente que é um acidente sério dentro de uma usina e eles têm uma solução séria: quando o sujeito cai dentro de uma panela de ferro fundido, de aço fundido, eles enterram todo o conteúdo da panela de aço, com a pessoa e tudo. Ele cai ali dentro e desaparece.

I.F. – Mas aí são acidentes que não chegavam ao hospital.

O.G. – Não, esse não chega ao hospital, por isso eu não sei dizer. Mas isso é uma coisa conhecida em usina de aço: se acontecer um caso desse, é obrigado a enterrar a panela, o conteúdo...

V.A. – Mas como enterra assim?

I.F. – Não pode tirar o morto, ele vai ficar misturado com aço.

O.G. – Não tem mais, ele dissolve. Num banho líquido de mil e tantos graus, dois mil graus de temperatura, ele desaparece. Queima imediatamente e em questão de minutos ele desaparece. Então, o que tem que fazer? Tem que jogar aquela panela toda dentro da

terra. Fazer um buraco na terra e enterrar aquilo. Isso parece que é uma disposição que existe nas usinas e já houve casos assim.

V.A. – Aqui em Volta Redonda?

O.G. – Aqui não sei. Eu não me lembro. Pelo menos no meu tempo de médico, eu acho que não assisti a isso, não; não presenciei isso, não. Não sei, posteriormente pode ter ocorrido, às vezes o sujeito cai num forno, é possível. Eletrocutado, aqui eu tive diversos casos de queimaduras *graves*, eletrocutado mesmo, em alta tensão: perde braço... isso eu atendi muito aqui. Aqui nós atendemos muitas coisas, e sempre casos graves. Tem um caso aqui em Volta Redonda que é até muito curioso. Esse não fui eu que atendi e nem foi da Siderúrgica. Esse era da Light. Ele foi mexer num poste de alta tensão e foi eletrocutado, amputou os dois braços. Queimou os dois braços e ficou com dois cotocos. Eu só vim a atendê-lo, posteriormente, porque o médico que o atendeu deixou um coto, um coto que eles chamam de anatômico, um coto que não é bem formado — fica uma ponta muito fina de osso e que fica atrapalhando o sujeito para usar aquele coto. Eu fiz, então, o reparo posterior, com enxertos e tudo o mais. E ele ficou muito agradecido a mim e ficou muito meu amigo, ele é meu amigo. Esse homem, com dois cotocos de braço, as senhoras precisam ver o que ele faz esses dois braços, coisa impressionante. Ele é uma pessoa normal, quase. Faz tudo! Amarra, põe cinto, faz tudo, tudo; uma coisa impressionante.

Bom, mas vamos voltar ao hospital velho. Era um lugar de trabalho. No início da construção, na região Sul Fluminense não tinha um hospital como o hospital velho. Não tinha. A região aqui era um pouco abandonada. Era o tempo das santas casas, aquele tempo. E a Santa Casa era abandonada, atendimento de nível muito baixo mesmo. E o hospital daqui, não. Na Santa Casa, quais eram os médicos? Um era clínico, outro era cirurgião e ficava nisso. Hoje tem obstetras, essas coisas, mas naquele tempo não tinha, todo mundo era clínico geral e cirurgião geral, faziam tudo. Essa era a medicina de 1940, 41, 38, 39, aquele tempo. E radiologista também não tinha, eram técnicos. Nem dentista tinha naquele tempo. Dentista formado? Nem advogado tinha! Como chamavam os advogados antigamente?

V.A. – Rábula.

O.G. – Rábula. Não eram os rábulas? Então era um ambiente assim. E o hospital da companhia já veio com uma coisa muito nova, muito avançada para aquele tempo. Já tinha seis médicos, cada um quase especialista em uma coisa.

V.A. – De onde vieram esses seis médicos? O senhor veio do Rio...

O.G. – Os primeiros vieram de São Paulo. O general acho que arrebanhou todos em São Paulo porque tinha uma relação mais forte... Ou então o Torres, um amigo dele lá de São Paulo, que deve ter trazido o pessoal todo de lá. Depois... Nós, não. Eu era de São Paulo, mas estudei no Rio e era praticamente do Rio. O Frederico era do Rio. O Paulo Mendes era do Rio, formou-se no Rio, ele trabalhava no interior de São Paulo mas veio para cá. O Pedro Jaimovich era do Rio, família do Rio, morava no Rio. O Duílio acho que era de Minas Gerais. Aí não houve mais seleção específica, vieram como vieram, por influência, padrinhos, essas coisas. Eu vim por intermédio do Zé Viana de Carvalho, e o Zé Viana de Carvalho por intermédio do cunhado dele, que era o Noronha.

I.F. – O senhor nos disse que não tinha casos de tétano. Naquela época não existia antibiótico, estava começando a aparecer no mundo, durante a guerra. Como se controlavam as infecções, pneumonias, tuberculoses...?

O.G. – Não, isso é outra coisa. Eu estou falando de acidentes de trabalho. O segredo de um atendimento de acidente — vamos dizer que não seja fratura, essas coisas, vamos dizer que sejam acidentes de partes moles, feridas, lacerações...

I.F. – Fratura exposta?

O.G. – Fratura é outra coisa, estou falando só de partes moles, ferimentos, essas coisas, é muito comum.

V.A. – Partes moles?

O.G. – Parte mole. No organismo, você tem parte dura e parte mole. Parte dura é o esqueleto, parte mole é o resto.

I.F. – Mas uma fratura exposta pega a parte dura e a parte mole.

O.G. – A dura e a mole. Mas das partes moles o segredo é um tratamento higiênico, limpeza, lavar com água e sabão. Nós já fazíamos isso. Recortar todos os tecidos suspeitos, chama-se desbridamento, limpeza, suturava, costurava, imobilizava, difícil precisar de algum tratamento complementar nessa história. Difícil! Então, com a imobilização, é difícil. Era o que nós fazíamos naquela época. Agora, em uma fratura exposta o tratamento é o mesmo: você limpa tudo, as coisas que pode costurar você costura, põe tudo no lugar certinho, reduz o osso, põe no gesso e está acabado. É isso. Fratura comum, você só reduz, não tem infecção, não é exposta. De modo que esse trabalho, em termos de infecção, você evitava isso muito bem pelo primeiro atendimento.

I.F. – O senhor está me lembrando muito, com essa história de água e sabão, que no interior ferimento não tem nada de mercurocromo; é água e sabão. Aquele sabão de lavar roupa, tudo bem lavado, com escova.

O.G. – Isso. No interior, antigamente, eles faziam coisa pior: punham fumo, pó, folha de bananeira, aquele negócio.

I.F. – Eu fui criada lavando machucado com água e sabão grosso, bem lavado com muita água, escova e pronto.

O.G. – É isso. A única questão que dificulta um pouco esse tratamento é a dor. Mas se você der uma boa anestesia local... ih, você faz um trabalho...! E a hemorragia, que quem não sabe manipular, na hora de lavar, algum coágulo que já fechou um vaso, quando você faz a limpeza, faz aquela fricção, aquela coisa, e às vezes tira um coágulo e vem uma hemorragia. Então, precisa saber tratar com esses problemas.

V.A. – E tinha anestésico também à disposição?

O.G. – Ah, isso era um hospital! Quanto a isso, nem há dúvida: tinha tudo. Tinha sala de operação, tinha sala de parto, tinha berçário. Era um hospital direito.

I.F. – De alto nível então.

O.G. – Era construído em madeira mas era de alto nível. Basta dizer que 90% das enfermeiras eram da Ana Néri, que era a melhor escola de enfermagem do Brasil na época. A senhora se lembra disso, ali no morro da Viúva.

I.F. – E o senhor veio para cá então como funcionário da CSN. Recebia salário fixo?

O.G. – Fixo. Trabalhava oito horas por dia.

I.F. – E morava onde?

O.G. – Morava na rua 33, no Hotel 80.

V.A. – O hotel dos médicos.

O.G. – Era o hotel dos engenheiros e dos médicos. E eu fui o primeiro médico a ir para lá.

V.A. – O senhor não ficou no hotel dos médicos?

O.G. – Não, era só esse, esse era o hotel dos médicos e dos engenheiros. Eles falavam hotel dos médicos mas era hotel dos engenheiros. Eu, quando vim para cá, vim para o lugar do Zé Viana e eles quiseram me botar para morar ali numa casa da rua 42. Eu ia morar lá junto com o Barros. Mas eu não sei por quê... Quem era a pessoa mais chegada, a primeira pessoa do general Macedo aqui era o capitão Magalhães... capitão Magalha, como eles falavam. Ele é que decidia tudo. Eu sei dizer que ele me tirou da casa e me botou no Hotel 80. Fui o primeiro médico e encontrei lá uma porção de engenheiros: o Aparício, o Jessé, o Costalino, uma série de engenheiros, e eu fui um entre eles. Depois, por eu estar lá, fiz muita camaradagem, os outros médicos que vieram para Volta Redonda depois foram para lá, como o Alencar, o Osório...

V.A. – E os outros médicos que já estavam aqui moravam onde?

O.G. – Tinham suas casas. Eram casados e tinham as suas casas. Quando o sujeito era casado, tinha casa. O Paulo Mendes morava no Laranjal, o Murilo morava na rua 27, aquela que sobe lá para a igreja. O Duílio morava na rua 21. O Frederico morava na Vila. O Pedro Jaimovich? morava no Laranjal.

V.A. – Eles já eram casados.

O.G. – Tinham suas famílias. Quando o sujeito era casado, tinha casa boa de acordo com o nível universitário.

V.A. – E o senhor comia no hotel?

O.G. – Ali tinha tudo.

V.A. – Era refeição completa?

O.G. – Ali era tudo. Nós pagávamos, rateávamos as despesas.

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

V. A. – Nós estávamos falando na moradia dos médicos.

O.G. – Os médicos casados tinham casas e sempre arranjavam boas casas para eles, geralmente casas diferenciadas, porque Volta Redonda foi construída com esse espírito americano: não tinha muro, não tinha nada, eram casas com jardim. E tinha casas das pessoas mais formadas e casas dos operários. Essa turma de pessoas formadas, geralmente era no Laranjal, era na Vila, era o Tangerinal. E os operários estavam no Jardim Paraíba, no bairro Conforto, na rua 60, eram os locais onde construíram casas. Aqui contam até uma história, que eu até não sei contar direito...

V.A. – O senhor comia então na pensão.

O.G. – No hotel. Mas eram refeições direitas.

V.A. – O senhor ia para o hospital e na hora do almoço...

O.G. – Vinha almoçar, almoçava direito, depois voltava para o hospital, trabalhava até de tarde e vinha para casa e ficava conversando na varanda do hotel. Depois ia dormir, estudava, essa coisa, era vida simples. Cinema só tinha em Barra Mansa.

V.A. – Não tinha diversão nenhuma?

O.G. – Nenhuma. Tinha, em Barra Mansa, uns bailecos lá, aquelas coisas, isso tinha. Como é que se fala? Mas para espírito assim de lazer, proporcionado, a companhia só punha à nossa disposição, para os engenheiros, para a turma do Laranjal, para a turma do Hotel 80, Hotel 92, ela punha um ônibus às segundas-feiras para assistir a filmes em Barra Mansa. Toda segunda-feira o ônibus descia o Laranjal, passava no Hotel 92, Hotel 80, apanhava a turma, e nós íamos lá para Barra Mansa assistir a um cinema. Tinha um clube, chamado Umuarama, eu até fui diretor dele nessa ocasião, e que era um clube mais de elite da cidade e que reunia essa turma mais qualificada.

V.A. – E era em Barra Mansa?

O.G. – Esse clube não, nós passamos por ele.

I.F. – Mas isso já foi depois de 50, não?

O.G. – Não, antes. Esse foi um dos primeiros clubes da cidade.

I.F. – Não tinha o Aeroclube antes?

O.G. – Tinha os dois: o Aeroclube, mais de classe média, e o Umuarama era mais de elite, um clube pequeno. Nós uma vez demos uma festa lá que foi de arromba. Esse

clube Umuarama tinha, na entrada, hoje acho que não tem mais, um índio com uma seta quebrada. Umuarama, na língua tupi-guarani, quer dizer reunião de amigos; por isso que deram esse nome para ele, é coisa dos engenheiros do começo da usina. E era o clube da elite. E a nossa distração, também, além do cinema das segundas-feiras em Barra Mansa... Bom, aqui só tinha uma empresa de ônibus, que era do... Como chamava? Era um ônibus verde que ligava Volta Redonda a Barra Mansa. Como chamava? Eu preciso me lembrar desse nome, era um português até gozado. O Macedo brincava com ele, porque o Macedo gostava muito dele, e dava uma festa no Aeroclub — não vai botar isso, não [riso] — e o convidava para ir à festa. Ele aparecia lá sem a senhora dele e o Macedo perguntava: “Não trouxe sua senhora?” “A ferramenta hoje não está passando bem.” [risos] Só chamava a mulher dele de ferramenta. E o Macedo gozava ele. “A ferramenta hoje não está passando bem, general.”

V.A. – Nos disseram que de Volta Redonda a Barra Mansa tinha uma ponte pênsil. O ônibus passava por uma ponte pênsil?

O.G. – Não, não. Daqui para Barra Mansa tinha um riozinho muito vagabundo, que é divisa... Era um riozinho pequeno. Hoje até transformaram aquilo em um tubulão e passaram por cima. É a divisa. Mas não tinha. A ponte pênsil fizeram depois que caiu a primeira ponte do rio Paraíba e que liga Volta Redonda ao que eles chamam de Niterói.

V.A. – E o ônibus passava por essa ponte?

O.G. – Não, não passava, não. Na ponte pênsil não dava para passar.

I.F. – Mas não tinha uma ponte meio esquisita para ir para o Aeroclub?

O.G. – Então, é essa ponte. Ela ia até Niterói e, de Niterói, você dobrava à direita e ia para o Aeroclub.

V.A. – Para os bairros do Aeroclub. Mas para Barra Mansa não tinha ponte?

O.G. – Não, essa ponte era para Niterói. E quem fez a ponte definitiva foi o Macedo Soares quando foi governador do estado.

I.F. – Eu soube que para Barra Mansa tinha um trecho complicado, perto da usina Barbará, que quando chovia muito, atolava.

O.G. – Pois é. Ali, para cá um pouco, tinha um riozinho, eu não me lembro do nome do rio — rio Turvo, era um nome meio assim — que faz a divisa de Barra Mansa com Volta Redonda. Era um distrito, porque Volta Redonda era o oitavo distrito. E fazia divisa. Mas não tem ponte significativa lá, não. Tanto é que eles reduziram esse rio a um tubulão e passaram por cima, aterraram.

I.F. – Dr. Galotti, eu vi, nessas entrevistas e nas leituras, que muita gente veio para cá atraída pelos salários, que eram melhores do que no resto do Brasil. Além do mais, todos os funcionários tinham moradia, tinham uma comida barata e não tinham diversão.

O.G. – Isso.

I.F. – Todos fizeram um pé-de-meia razoável; o senhor também?

O.G. – Bom, isso é uma questão de vocação, ter dinheiro ou não. [risos] Isso tudo que a senhora disse é verdade, essas premissas são verdadeiras. Se alguém chegou a ficar rico, eu acho que, como empregado da companhia...

I.F. – Não digo rico, mas conseguir fazer um pezinho-de-meia maior do que teria em outra cidade.

O.G. – Um pezinho-de-meia todo mundo fez. Mas ficar rico, são pessoas que não se concentraram muito no serviço da companhia. Porque o serviço da companhia, o sujeito se concentrando nele ficava mesmo um trabalhador, tinha o seu pezinho-de-meia pequeno, tinha uma vida regular, de muito respeito, de muito apreço pelo trabalho dele. Ele era muito respeitado pelo que fazia aqui dentro, tinha uma moradia muito boa, casas boas, de padrão muito acima do comum no Brasil, salário também bom, eram os melhores salários do Brasil, e tinha muitas regalias, muitas regalias. O empregado da companhia comprava televisão por preço especial; automóvel ela conseguia comprar para a gente por preço especial — botar gasolina, não punha, mas pelo menos lavar o carro lá no Transportes a gente lavava por preço bom. Tinha essas coisas, coisas comuns de brasileiro, que eu acho também que não estão muito certas, não. Mas tinha tudo isso. E fixava muito a turma aqui. Agora, com o envelhecimento, muitos foram embora. Eu achei que devia fincar o pé aqui, finquei mesmo e não fui embora, não.

Bom, depois, quando nós passamos para o hospital novo, isso foi em 1953, começamos a ter maior liberdade porque nosso horário de trabalho passou a ser de quatro horas, mais duas horas extraordinárias. Então, nós passamos a fazer seis horas de trabalho por dia. E era feito, por exemplo, de 7:00h às 13:00, parece, de manhã, ou fazia quatro horas de manhã e dava um plantão na semana para compensar. E você tinha então a parte da tarde para trabalhar no seu consultório ou na sua clínica particular. Mas a companhia já tinha perdido muito daquelas características iniciais dela de ser a cabeça absoluta de todo mundo aqui. Aí, cada um já tinha uma iniciativa própria, as ligações com Barra Mansa já eram muito maiores, as estradas foram pavimentadas, o Rio de Janeiro ficou mais fácil, a gente ia muito para o Rio e mudou um pouco aquele aspecto inicial da companhia como uma família siderúrgica mesmo. Já não se dependia muito dela.

I.F. – O pessoal daqui tinha esse hospital e em caso de acidente, como o senhor já disse, tinha que ser atendido lá.

O.G. – Isso é obrigação de lei.

I.F. – Não sendo acidente, eles tinham confiança no hospital ou preferiam procurar centros maiores? Por exemplo, para ter filho. Porque eu ouvi um dizendo: “Ah, a maioria dos meus companheiros não queria ter filho arigó, ia para o Rio de Janeiro para ter filho.” O dr. Renato nos disse que o primeiro ele levou d. Emmy para ter no Rio.

O.G. – O Renato, quando fala isso, fala em 1948. Eu acho que o filho dele nasceu em 48, 47.

I.F. – É, em 47.

O.G. – Bom, em 47 era o começo. Porque depois... E também lá no hospital da companhia, se fazia parto direito.

I.F. – Fazer, fazia. Eu queria saber é se o pessoal confiava ou se, tendo condições, preferia procurar o Rio.

O.G. – Confiava. Sempre se confiou muito no trabalho do hospital. Sempre! Dos médicos. Agora, não era um padrão assim para dizer que uma moça que vem da Alemanha, como dona...

I.F. – Não, ele até não falou em relação ao hospital, mas por causa da família. Ela não tinha ninguém aqui e então preferiu o Rio.

O.G. – Ela, quando veio para cá, ela ficou na casa de uma família, eu não lembro direito. E casou-se aqui com ele. Mas as senhoras sabem, uma moça alemã, morou nos Estados Unidos, tinha um padrão de vida muito diferente do nosso. Veio para uma cidade do interior em formação, cidade de trabalho, tudo gente ali massa bruta, 99% eram operários, 1% era classe mais de direção. Mas nem essa classe, eu acho. Eles tinham muita confiança no nosso trabalho. Sempre no meu trabalho eles tiveram muita confiança. Tanto é que, entre todos aí, eles me dão muito nome, todos eles falam muito de mim, todos eles.

I.F. – E essa história de não quererem que nascesse arigó?

O.G. – Isso de falar de não ser arigó...

[FINAL DA FITA 2-A]

V.A. - ...mas que os colegas dele, se pudessem, levavam as mulheres para terem filhos fora.

O.G. – Eu vou dizer por quê. Arigó é nome que deram ao empregado da companhia porque arigó é ave de arribação; ela chega, estraçalha tudo e vai embora. [risos] De modo que quiseram caracterizar, o pessoal de Barra Mansa, o empregado da companhia como o arigó.

V.A. – Por quê?

O.G. – Porque eles chegaram aqui, tomaram conta de tudo e Barra Mansa ficou um pouco assim... Quem era dono dessa região era o município de Barra Mansa, Volta Redonda era distrito. De repente, Volta Redonda cresceu muito e ficou muito maior do que Barra Mansa. E os empregados que vieram para cá, você sabe, naquele tempo não tinha nem mulher aqui. Eu não peguei esse tempo. Não tinha mulher, era uma disputa tremenda, era briga, era uma coisa séria entre os empregados porque tinha dez mil, 15 mil empregados e não tinha uma mulher. Ninguém trazia família para cá, nada disso. Era briga mesmo, eram os acampamentos: o acampamento central, perto do hospital, onde moravam esses empregados. E eles eram mais rudes, mais primitivos e a turma de Barra Mansa, famílias mais constituídas, os chamava de arigó: vinham aqui, destroçavam tudo e depois cada um ia para o seu destino.

V.A. – E esse pessoal que vinha do interior, muitas vezes a gente ouviu dizer que iam caminhões em Minas buscar...

O.G. – Isso!

V.A. – E o senhor disse que faziam exames. Como era esse exame médico?

O.G. – Bom, isso é outra coisa. Parece que o governo do Benedito Valadares não foi lá essas coisas em Minas. Porque isso é do tempo do Benedito Valadares. Eu sei que todo mundo deixava Minas Gerais para procurar um outro lugar, buscar futuro em outro lugar. E de Minas Gerais veio *muita* gente para Volta Redonda, tanto que os mineiros constituem 90% da população de Volta Redonda. Tem gente de todo lugar do Brasil, mas de Minas parece que veio a migração mais forte.

É lógico que isso daqui foi fundado em moldes de uma organização americana porque isso foi projetado na McKee, lá nos Estados Unidos, a cidade e tudo. E eles tiveram o cuidado de fazer as coisas mais ou menos do jeito deles. Então, emprego aqui não era esse negócio de laçar e trazer, não. Ele vinha aqui, se inscrevia para o emprego, entrava em uma fila e ia fazer exame. Um dos exames era para ver se o sujeito era tuberculoso ou não. Então, tinha aqui um serviço do Serviço Nacional de Tuberculose que fazia radiografia para admissão. Mas não era só para admissão. Eles tinham controle, todo ano faziam a radiografia de todo mundo. Os suspeitos então eram acompanhados pelo médico que era, no meu tempo, o dr. Barros. Foi ele que fez esse grande serviço aqui. Depois, no lugar dele — ele foi para o Rio de Janeiro — ficou o dr. Nei Fernandes. Então, o Serviço Nacional de Tuberculose tinha um ambulatório aqui e ele acompanhava e fazia o exame médico.

V.A. – E isso não era no hospital provisório?

O.G. – Não, era no escritório central.

V.A. – Então isso não tinha nada a ver com o hospital provisório?

O.G. – Não tinha nada a ver — esse exame de tuberculose.

V.A. – O candidato a funcionário da CSN ia lá...

O.G. – Ia lá, media a pressão, fazia radiografia... Fazia exame de admissão e entrava, se tinha condições. Posteriormente, já mais para 1950, estudaram a organização de uma medicina industrial em Volta Redonda. Aí se criou a medicina industrial, que foi também no escritório central durante muito tempo e fez seus postos na usina. Aí começou-se a controlar a questão de trabalho, de saúde, de risco e tudo o mais dentro do trabalho. Então fazia a admissão médica lá, ia no Serviço de Tuberculose, com o dr. Barros, fazia o exame lá, e depois que entrava na usina, fazia o acompanhamento para o resto da vida dele dentro da usina. Tem fichário, tem tudo. Era organizado.

I.F. – O senhor falou que nas janelas tinha aquela tela. Era comum aparecer malária aqui?

O.G. – Não, não. Acho que nunca tivemos, nunca. Não grassava a malária aqui.

I.F. – Então doença aqui não tinha, tinha acidente.

O.G. – Mais era acidente. Agora, tinha essas coisas de doenças comuns.

I.F. – Sim, uma pneumonia, uma catapora.

O.G. – Essas coisas. Primeiro, por uma característica da população daquela época: não tinha velho, pessoa idosa. Só tinha gente nova.

I.F. – Sim, o trabalho era pesado e só podia ser gente nova.

O.G. – De modo que esses idosos que se vê hoje em Volta Redonda, não existia, era só gente nova. Então, essas doenças do idoso, reumatismo, essas coisas não tinha muito, não. Agora, a parte infantil tinha muito. Então, a companhia construiu o Centro de Puericultura lá na rua 33, onde só atendia criança.

I.F. – Sarampo, catapora, coqueluche...

O.G. – Essa coisa era lá. Esses médicos ficavam também fora do hospital. Houve diversos médicos cujos os nomes eu não lembro direito, mas foi um serviço muito bem cuidado aqui em Volta Redonda. Eu acho que d. Alcina tinha uma certa influência nesse Centro de Puericultura. Para vocês verem o cuidado da Companhia Siderúrgica Nacional — não havia médico para atender todo mundo, nascia muita gente aqui —, basta dizer que a companhia tinha, fichadas, controladas, 80 parteiras!

V.A. – Gente, olha que interessante!

O.G. – E só faziam parto de acordo com as instruções do serviço de enfermagem, dos médicos. Eram as parteiras da companhia, fichadas direitinho; era um serviço mesmo. Nós tínhamos dois parteiros, o Murilo e o Paulo Mendes... [riso]

V.A. – Dois obstetras.

O.G. – Dois obstetras. O Pedro Jaimovich era mais obstetra e ginecologista e cirurgião geral. Mas os parteiros eram o Murilo e o Paulo Mendes, que não davam conta. Nós tínhamos muitos partos no hospital, mas tinha o acompanhamento de parto, que era o Centro de Puericultura que fazia, o pré-natal direitinho, tinha tudo isso já. Agora, para fazer o parto, a maioria fazia com parteiras credenciadas pelo Centro de Puericultura, tinha averbação lá para as parteiras, tudo direitinho. E elas faziam partos dentro de normas estabelecidas pelo Centro de Puericultura. O serviço médico da companhia, dentro das proporções da empresa, uma população de... Eu não sei quantos empregados, mas vamos dizer uns 20 mil operários de construção, 25 mil — quatro para cada um, ela tinha uns cem mil habitantes. Para uma população de 100 mil habitantes, a cidade tinha todo o conforto de atendimento e dificilmente uma cidade de interior se equiparava a ela.

V.A. – Eu não entendi direito. O senhor disse que o dr. José Viana de Carvalho, quando veio para cá, achou que a companhia não ia incentivar, não ia continuar...

O.G. – Não ia se interessar pela construção de hospital, perder o tempo dela. No fim, houve uma reviravolta nesse pensamento e ela passou a se interessar. Mas eu vou então explicar melhor essa questão. Existem duas figuras importantes de direção na companhia: o general Edmundo de Macedo Soares e Sílvio Raulino de Oliveira. São dois generais que se encontraram na França, ficaram amigos, estudaram metalurgia os dois. O primeiro diretor técnico da companhia — o presidente foi o Guinle, mas quem mandava era o diretor técnico, ele que entendia — foi o Macedo. Depois, quando o Raulino veio, já veio como presidente no lugar do Guinle, não veio como diretor técnico, que foi o Paulo Martins. Bom, o Macedo era pela independência do serviço médico. Ele podia ser um parceiro na organização do serviço, mas não queria ingerir-se naquele negócio do médico. O médico é uma figura difícilíssima; então você não se mete com médico porque não dá certo. [riso]

V.A. – Por que o médico é uma figura difícilíssima?

O.G. – Ah, o médico é difícil, é difícil administrar médico, leigo então é muito difícil. Então, deixa o médico comandar e organizar aquilo. E a companhia achava melhor assim e ficava tratando do aço, laminados, se dedicando exclusivamente àquilo, ao engrandecimento daquilo. A parte médica, a parte social — a social ainda ficava um pouco, mas a médica... Mas quando veio o Raulino como presidente, ele pensava diferente. Ele achava que a companhia tinha que tomar conta da parte médica também. Eu sei dizer que o hospital... a sociedade médica não deu certo.

V.A. – Ah, não? O hospital inaugurado em 53 não deu certo?

O.G. – Não deu certo a Sociedade Médica, porque já existia, naquele tempo, aquele negócio de não ter dinheiro. O sujeito era obrigado a dar dinheiro para fazer uma coisa, mas na hora ele não tinha dinheiro e a obra atrasava. Nós começamos aquela obra em 47 e em 51 ela não estava pronta ainda, um hospital que não era tão grande. Por quê? Ou era o IAPI que não ou era entrava ou a companhia que desconfiava do nosso trabalho... Por uma série de razões o hospital foi ficando parado, um ramerrão danado, foi até na alvenaria e da alvenaria não passava, emboço, essa coisa, e nada. As estruturas prontas, três andares, mas não tocava para a frente. Aí houve uma crise entre nós, cotistas da sociedade médica, o Zé Viana de Carvalho, e a companhia. O IAPI nem dava confiança, não tinha dinheiro mesmo. E a companhia falou: “Vocês não conseguem fazer, nós fazemos. Se vocês saírem, nós fazemos.” Botou a faca no pescoço. “Se vocês quiserem, nós ficamos com essa tarefa e dissolvemos essa sociedade.” E foi o que aconteceu. O Zé Viana foi embora...

V.A. – Foi embora de Volta Redonda?

O.G. – Foi embora. Ele já não morava bem aqui, ele morava no Rio e vinha tocar um hospital aqui. Mas aí foi embora definitivamente de Volta Redonda. Nós dissolvemos a sociedade e a companhia assumiu o encargo de construir o hospital, continuou nossa obra e em 53 inaugurou. Então, isso deve ter ocorrido no começo de 51, 52.

V.A. – Na gestão do Raulino, então.

O.G. – Na gestão do Raulino. O Macedo Soares, nessa época, eu acho que era governador do estado do Rio.

I.F. – Ele foi governador até 50.

O.G. – Até 50? Ele foi governador na época do Dutra.

I.F. – Depois ele foi para Escola Superior de Guerra e aí voltou o Getúlio. Ele ficou na Escola Superior de Guerra.

O.G. – E quem ficou aqui foi o Raulino.

I.F. – Exatamente. Ele só veio para cá em 56 como presidente. Mas aí então o senhor continuou trabalhando como funcionário da CSN no hospital.

O.G. – Nós continuamos como funcionários. Ela não podia abrir mão de nós porque quem tinha o controle de todo...

I.F. – Só saíram daquele hospital provisório para o hospital novo.

V.A. – O senhor continuou como funcionário da CSN trabalhando no hospital.

O.G. – Sempre. Trabalhei 37 anos na companhia como funcionário.

I.F. – E o provisório foi derrubado?

O.G. – O provisório, depois, eu acho que foi um internato de freiras, de meninas, passou por algumas coisas e depois acabaram com ele. Eu não acompanhei a história do hospital velho, não. Depois que eu saí de lá, a gente ficou mais dirigido para cá. O hospital eu acho que era nesse campo onde é o Raulino de Oliveira, esse campo de futebol. Esse Estádio Raulino de Oliveira, eu acho que era por ali o hospital. Hoje eu nem sei mais ir lá.

V.A. – O senhor disse que a inauguração do hospital novo foi em maio de 53, quando o Getúlio Vargas veio. Foi no 1º de Maio que ele veio aqui?

O.G. – Foi.

V.A. – Foi no mesmo dia em que ele inaugurou o hospital que ele veio para o sindicato?

O.G. – Isso, isso. O Getúlio tinha mania de vir aqui no 1º de Maio. Ele tinha o hábito de dar um realce à festa do trabalhador e fazia isso em Volta Redonda. Em 1953, foram inaugurar o hospital e aproveitaram para fazer a inauguração no dia 1º de maio que ele vinha aqui. Ele inaugurou o hospital. Eu me lembro, eu era vice-diretor do hospital — eu fui diretor do hospital duas vezes, não me lembro também direito. Nessa época eu era vice-diretor do hospital e quem acompanhou o Getúlio fui eu. Eu que acompanhei o Getúlio, ele quis visitar... Era o Raulino, o Márcio de Oliveira e eu. E o Getúlio acompanhando, entrando no centro cirúrgico, mostrando as enfermarias, ele queria saber o que era isso, o que era aquilo, o Raulino perguntava para mim, eu dizia. Aquela coisa, eu era mocinho nessa época. E parece que foi em 1º de maio de 53. Eu lembro: aquela porta de entrada do hospital, os médicos em duas filas, fizeram uma ala para o Getúlio entrar, foi uma festa aquilo.[riso] Mas é isso. E depois disso o hospital já

passou por muitas reformas, eu já fui diretor do hospital. Quando o Macedo veio, eu fui diretor do hospital. E depois fui diretor outra vez com o Sávio Gama.

I.F. – O Juscelino também veio passar um 1º de Maio aqui, não veio?

O.G. – O Juscelino, eu não acompanhei muito o Juscelino porque eu não gostava dele. [riso]

I.F. – Então o senhor era getulista!

O.G. – É... Mas isso vocês não põem no negócio. [risos] Mas eu não achava o Juscelino um sujeito... embora ele fosse médico. Achava meio... Bom...

V.A. – A gente leu, não sei se o senhor pode confirmar, a gente até queria saber se isso é verdade, que em 1956 o Juscelino veio para cá, no Hotel Bela Vista...

O.G. – Veio, foi lá no Umuarama, teve uma reunião lá no Umuarama.

V.A. – No Umuarama também?

O.G. – Foi lá que ele fez uma reunião, parece, mas eu não estava lá.

V.A. – O que eu li foi que ele veio com o Nixon, teve uma recepção no Hotel Bela Vista...

O.G. – Foi sim.

V.A. – ...e que o Othon, do sindicato, fez um discurso falando mal do Macedo Soares, dizendo que ele era homem da UDN. O senhor acompanhou isso?

O.G. – Bom, eu vou dizer uma coisa para vocês: geralmente, nessas coisas eu nem gostava de ir porque eu não gostava dessas coisas. Mas eu vou dizer uma coisa: na política de Volta Redonda, esse Othon, eu preciso lembrar o sobrenome dele, ele era funcionário do departamento de pessoal...

V.A. – Othon Reis Fernandes.

O.G. – Othon Reis Fernandes. Ele era um funcionário do departamento de pessoal com certa evidência. Era político, político eminente aí, fazia política... política... e política. E trabalhista... e trabalhista... essa coisa toda. E o Macedo Soares era Getúlio mas não era trabalhista porque ele tinha uma estirpe de gente credenciada e tudo o mais. Esse trabalhismo, para ele, não pegava. Ele gostava do Getúlio porque gostava, ele foi revolucionário do tempo do Getúlio. Mas ele era Eduardo Gomes assim, meio revoltoso, essa coisa toda, mas de uma estirpe diferente. Esse negócio de trabalhismo não era muito com ele não, [riso] ele gostava de gente ilustre. De modo que esse Othon fazia essa política de trabalhismo do Getúlio, mas essa política de trabalhismo muito chã, e aproveitava o Juscelino para fazer campanha contra o Macedo Soares. Basta dizer que o próprio Macedo se dispôs com o Raulino, não eram mais amigos, ficaram separados, cada um para um lado. Pelo menos aqui era assim. O que o Raulino era, o Macedo era completamente...

V.A. – Mas por quê? O Raulino era PTB?

O.G. – O Raulino também era dessa...

V.A. – Ele ia nessa linha?

O.G. – O Raulino eu acho que tinha um pouco de ciúmes do Macedo, viu? Não põe isso, não, [risos] isso é conversa nossa para vocês tirarem algumas conclusões. Ele tinha um certo ciúmes do Macedo, porque o Macedo era um sujeito vibrante, um sujeito inteligente e, onde ele ia, aparecia. E o Raulino era mais acanhado. Mas todos os dois eram bons administradores, o Raulino também foi um bom administrador. E um fez uma política que foi contra o outro. O Raulino servia à ala do Getúlio e o Macedo não servia, de modo que nessa coisa existia entre eles uma certa divisão. E acontece que esse pessoal mais miúdo tirava proveito dessas vantagens políticas. E quando viam, eles aproveitavam e falavam mesmo. Esse episódio que você conta, me lembro assim vagamente e parece que isso houve mesmo. Mas isso serviu só para fofoca, não teve valor, não teve significado maior nenhum. O Othon Fernandes chegou a ser diretor na companhia.

V.A. – Diretor na companhia?

O.G. – Ele foi diretor na companhia, não sei se foi no tempo do... Ele chegou a ser diretor, diretor social.

V.A. – É mesmo. Foi sim, depois do sindicato ele voltou.

I.F. – Diretor de serviços sociais em 62, no governo Jango.

O.G. – Ah, então! Foi trabalhismo puro. É isso daí.

I.F. – O presidente era Lúcio Meira.

O.G. – Isso! E nessa época então ele fez uma campanha boa aqui e tudo o mais. Eles eram contra mesmo o Macedo. E um político fazer discurso contra o outro, para mim não tem sentido nenhum. Sei lá, não significa nada, eles falam e é pura política.

[FINAL DA FITA 2-B]

2ª Entrevista: 10.02.1999

I.F. – Dr. Galotti, ontem, depois daquela nossa entrevista muito agradável, nós estávamos terminando e gostaríamos que o senhor nos contasse mais um pouquinho sobre a inauguração do Hospital Santa Cecília. O nome não é Hospital Santa Cecília?

O.G. – Não. O hospital, hoje, é Santa Cecília, mas naquela época chamava-se Hospital da Companhia Siderúrgica Nacional. E depois ele teve outro nome, Hospital Siderúrgico, porque parece que as siglas aqui na companhia foram codificadas, padronizadas, de modo que teriam que ter duas ou três letras, essas coisas de

organização. Então, o hospital teria que ter três letras, HSN, Hospital Siderúrgico Nacional. Não podia ter muitas letras. Era DTR, Departamento de Transportes, essas coisas assim de organização em uma empresa. E exigiram isso: não podia ser Hospital da Companhia Siderúrgica Nacional. Mas isso já foi mais recentemente. Agora, finalmente...

I.F. – Mas quando inaugurou, em 1953, era Hospital da Companhia Siderúrgica.

O.G. – Hospital da Companhia Siderúrgica Nacional. E com a passagem do hospital para a Fundação Edmundo de Macedo Soares e Silva, conservou o nome, Hospital Siderúrgico. Afinal de contas aquilo foi e é um patrimônio da Companhia Siderúrgica Nacional. Agora, posteriormente, eles fizeram esse entendimento com a d. Alcina, a respeito da Fundação Edmundo de Macedo Soares e Silva, criaram a Fundação CSN, deram outro nome ao hospital e parece que desvincularam mesmo, definitivamente, o hospital da Companhia Siderúrgica Nacional. O hospital agora é da Fundação CSN. Uma fundação tem um critério próprio para ser encerrada. Quando se encerra uma fundação, por qualquer motivo, o patrimônio dela não pode ser usado de qualquer forma, tem que ser transferido para uma outra fundação do mesmo gênero, não pode ser vendido, essa coisa toda. E a companhia então usou essa maneira de encerrar a Fundação Edmundo de Macedo Soares e Silva e criou uma fundação dela, CSN.

I.F. – Antigamente, todos que trabalhavam lá eram funcionários da CSN.

O.G. – É, eram funcionários deslocados para...

I.F. – E depois, quando passou a ser independente, quando passou a ser outra fundação, o senhor sabe, agora, como estão os funcionários?

O.G. – Agora é da Fundação CSN e eu não conheço bem a organização dessa fundação, mesmo porque é recente, tem um ano e pouco. Mas sei que ela é dirigida por uma direção da companhia, parece que a Maria Sílvia é que...

I.F. – E os funcionários são também da CSN?

O.G. – Os funcionários ou são da companhia, emprestados, isso não tem dificuldade nenhuma, ou então são funcionários da fundação mesmo. Porque a fundação pode ter, como tem a Fundação Osvaldo Aranha, o seu grupo de funcionários. E uma vez a companhia funcionou lá dentro com a presidência, com a direção, com funcionários da companhia trabalhando lá sem perceber nada, percebendo diretamente da Companhia Siderúrgica, na Fundação Osvaldo Aranha.

I.F. – E o senhor trabalhou naquele hospital até quando?

O.G. – Eu trabalhei no hospital da companhia até 1983. Eu trabalhei 37 anos na companhia. Entrei em 46...

I.F. – Mas no hospital, o senhor sempre trabalhou como médico ou chegou a ocupar cargos de direção?

O.G. – Eu ocupei duas vezes cargo de direção. Uma vez eu fui diretor do hospital, no tempo do Paulo Mendes.

V.A. – Qual período, o senhor se lembra?

I.F. – Paulo Mendes, é fácil a gente ver.

O.G. – Em 56, 57, acho que por uns quatro ou cinco anos eu fui diretor. E, finalmente, com o Sávio Gama eu fui diretor... Já ocupava uma outra função — eu era o diretor técnico do hospital.

I.F. – Paulo Monteiro Mendes, diretor secretário: foi em 54 e depois continuou até 62.

O.G. – Eu fiquei uns cinco ou seis anos; então nós continuamos juntos. Foi isso.

I.F. – E depois o senhor foi...

O.G. – Aí eu continuei como médico no hospital, chefiando a divisão de cirurgia plástica.

I.F. – Por que cirurgia plástica se o senhor é ortopedista?

O.G. – Inicialmente eu era ortopedista, vim para cá como ortopedista, como traumatologista, mais por causa dos acidentes de trabalho dentro da usina. Eles tinham interesse no atendimento a essa parte de acidente de trabalho, era a parte mais importante. E depois, posteriormente, quando o hospital mudou do hospital velho, de madeira, para o hospital novo — no início todo mundo chamava de “hospital novo” — e eu fui ser vice-diretor, subdiretor... O diretor do hospital, nessa ocasião, era o Lino Couto, coronel Lino Couto, e eu era o vice-diretor.

I.F. – Ele era coronel médico?

O.G. – Ele era coronel médico. Ele era diretor e eu o vice-diretor. Para ser vice-diretor, ou subdiretor, não sei a designação correta, eu tive que deixar o exercício da especialidade.

V.A. – Por quê?

O.G. – Porque os afazeres de diretor envolviam... foi uma disposição que eles estabeleceram na época.

V.A. – Não podia exercer a...

O.G. – No hospital, não.

V.A. – Só na sua clínica?

O.G. – Só na minha clínica particular. Aí aconteceu que eu fiquei nessa posição algum tempo, não me lembro bem, e por um motivo ou outro eu saí, quis deixar, não quis continuar a ser diretor. Lembro até que o Paulo Mendes perguntou o que eu queria

fazer, porque o meu lugar de ortopedista tinha sido ocupado por outro médico, o Cotrin — ele foi um ano anterior a mim lá na escola. E eu então falei: o que eu vou fazer? E eles então, por causa dos acidentes de trabalho e por causa dos queimados, essas coisas, sugeriram que eu fizesse a especialidade de cirurgia plástica e cirurgia de mão. Eu então fiquei com essa divisão.

As especialidades dentro do hospital eram exercidas em termos de divisão dentro da administração da companhia: divisão de cirurgia plástica, divisão de clínica médica, divisão disso, divisão daquilo. Depois vinha a vice-direção do hospital, subdiretor, e depois vinha a direção do hospital. Como vice-diretor eu desenvolvia também o papel de chefe da parte médica do hospital. Eu chefiava os colegas todos; era o exercício maior da vice-direção. Eu ficava encarregado então de organizar as clínicas, aquela coisa toda de uma organização hospitalar. E nessa ocasião então eu comecei a fazer cirurgia plástica, tratamento de queimados, cirurgia reparadora, fui para os Estados Unidos por causa disso. Fiquei lá quase um ano para fazer cirurgia de mão.

I.F. – Onde nos Estados Unidos?

O.G. – Em Baltimore.

V.A. – Quando?

O.G. – Isso foi em 56 eu acho. Em 55, 56.

V.A. – Até 57?

O.G. – É, em 57 eu acho que eu voltei. Eu me casei em 57. Então, em fim de 56 ou 57 eu estava voltando dos Estados Unidos.

I.F. – Queimadura aqui geralmente é fatal, não?

O.G. – Não, depende. Tem uma porção de queimaduras. Por exemplo, em uma cozinha, em uma residência.

I.F. – Mas dentro da usina...

O.G. – Aí as queimaduras geralmente são graves. Mas eu atendia a parte de queimados da cidade toda, porque o médico não se dedica exclusivamente a atender os operários da usina; tem que atender as famílias. E um acidente de queimadura em casa, principalmente em casas de poucos recursos, que não têm muitas salas, todo mundo se junta, quase sempre a cozinha é a sala de almoço e de jantar, é tudo ali, a família se reúne muito ali, crianças... Isso dá muita margem a acidentes por queimadura: líquidos quentes, café, feijão... É muito comum e eu atendia todo mundo. Esse atendimento eu fazia. E aí, continuei como chefe da divisão de cirurgia plástica... aí eu já não lembro quando ocorreu. O hospital já estava com outra direção, dr. Sérgio Costa Lima e Silva. Já tinha sido criada a Fundação Osvaldo Aranha e a Escola de Medicina já tinha trânsito dentro do hospital, já se instalara dentro do hospital com suas clínicas e tudo o mais.

I.F. – Mas aí, então, já foi depois de 67.

O.G. – Depois de 67.

I.F. – O senhor disse que aproveitaram os excedentes, durante o governo Costa e Silva, para fundar a fundação.

O.G. – Isso, em 67 a fundação foi criada.

V.A. – Posso voltar um pouquinho? Eu queria saber um pouco mais sobre esse curso que o senhor fez nos Estados Unidos e como o senhor se especializou em cirurgia plástica. Porque a especialidade era ortopedia e traumatologia.

O.G. – Eu fui fazendo cursos, diversos cursos.

V.A. – Aqui em Volta Redonda?

O.G. – Não, no Brasil. Mas o curso nessa ocasião ainda não era uma especialização como é feita hoje, que faz residência, o aluno sai para a residência e depois faz um concurso. Eu me cerquei de colegas especialistas em São Paulo e no Rio de Janeiro, como eu podia fazer.

I.F. – Naquela época, o grande especialista em queimaduras era o Pitangui.

O.G. – Pitangui. Eu fiz um curso de um ano com ele na Santa Casa, mas não ia todo dia, ia uma vez por semana. Era a maneira que se podia fazer. Inclusive hoje, quando nós queremos fazer um mestrado para os nossos professores, têm que ser cursos assim de fim de semana, sábado e domingo, porque eles têm a atividade clínica deles aqui em Volta Redonda, têm os afazeres na escola e têm as clínicas particulares. Então, esse processo de especialização para médicos do interior é feito junto a um serviço. Eu fiz em São Paulo, fiz diversos cursos, uma série de cursos e fui me especializando.

V.A. – O senhor ia uma vez por semana...

O.G. – É, dependendo. Às vezes ficava um mês, dois meses. Então, dependia de como eu podia desenvolver o curso. E fui me especializando em diversos setores da cirurgia plástica.

V.A. – E esse de mão, lá nos Estados Unidos, o senhor tinha falado ontem que o general Edmundo deu muito incentivo ao senhor. Como foi isso?

O.G. – Ele insistiu para que eu fosse, ele que insistiu.

V.A. – O senhor quis ir e falou com ele?

O.G. – Afinal de contas, eu acho que fui o médico que inaugurou essa maneira de ir aos Estados Unidos. Depois, a companhia sistematicamente mandava um médico para os Estados Unidos. Aí, foi o Pedro Jaimovich, foi o Osório, foi uma série de colegas...

V.A. – Mas o senhor soube do curso nos Estados Unidos, se interessou, como foi?

O.G. – Aconteceu o seguinte. Eu tinha um colega, o Jaime Bulcão, lá no Rio de Janeiro, que fazia cirurgia de mão nos Estados Unidos. E ele, conversando comigo, me

perguntou e, por intermédio de um engenheiro que era também muito amigo dele, nós articulamos a possibilidade de eu ir aos Estados Unidos para fazer esse curso.

V.A. – Ele era colega seu da escola de medicina?

O.G. – Não. O Bulcão era posterior a mim e eu acho que não foi da Faculdade de Medicina da Praia Vermelha, não; ele era de outra escola, não me lembro. Mas o conhecimento que eu tive com ele foi posterior, por intermédio de um engenheiro que morava aqui. E eu articulei essa ida para lá, falei com o Paulo Mendes, o Paulo Mendes aceitou a idéia, essa coisa toda, falou com o Macedo e a coisa ficou num chove-não-molha, mais ou menos parada, e o Macedo insistiu depois. “Você não vai? Vai mesmo!” Aí eu resolvi e fui.

I.F. – Teve bolsa?

O.G. – A bolsa era a companhia, eu fui por intermédio da companhia. Ela que financiava a estada da gente, tinha que mandar relatórios. Eu fiquei com o professor Raymond Curtis, lá nos Estados Unidos, não sei nem se ele é vivo mais porque já tinha uma certa idade quando eu fui para lá. Eu era moço, tinha uns 35, 36 anos. Ele era um grande cirurgião de mão, veio muitas vezes ao Brasil, trabalhava no Children Hospital e em diversos hospitais. E eu o acompanhava; onde ele ia, eu ia atrás, estudava muito.

I.F. – O senhor, desde aquela ocasião, moço ainda, já tinha a sua clínica particular aqui?

O.G. – Tinha.

V.A. – Quando o senhor abriu a clínica?

O.G. – Abri a clínica aqui... A gente já tinha mais ou menos uma clínica formada desde o início da Siderúrgica, tinha consultório e tudo o mais.

V.A. – E onde era o consultório?

O.G. – O meu primeiro consultório foi ali onde é o Molica hoje. Não o prédio do Molica atual, que é o Sider, é a padaria do Molica. Isso foi construído em 1948 e uma das salas eu peguei para fazer o consultório. Foi o primeiro prédio que se fez ali na Vila.

I.F. – E aí o senhor começou como clínico geral ou como ortopedista?

O.G. – Não, sempre como ortopedista.

I.F. – E depois que fez a especialização em mão...

O.G. – Depois eu fiz em cirurgia plástica. Aí só cirurgia plástica e um pouco em ortopedia para pessoas que me conheciam e queriam meu trabalho — eu as atendia.

V.A. – E o senhor fazia cirurgia plástica também estética?

O.G. – Fazia toda cirurgia plástica. Aí também passei a freqüentar a clínica da rua Bambina, do Pitangui. Ia lá uma vez por semana durante... por diversos anos estive lá

fazendo isso. E aí acompanhei como podia acompanhar. Aí já comecei a formar família, casei-me em 57, com 37 anos. E formando a família, eu só podia sair para fazer essas coisas de acordo com as possibilidades de uma família. Mas foi isso.

V.A. – No hospital, então, o senhor ficou, nessa divisão de cirurgia plástica até quando? O senhor começou como vice-diretor...

O.G. – Vice-diretor no hospital novo.

V.A. – Depois passou para diretor do departamento de cirurgia plástica...

O.G. – Não, passei a diretor do hospital.

V.A. – Antes de ser de cirurgia plástica?

O.G. – Antes de ser... Acho que não. Eu fui diretor quando já fazia cirurgia plástica. Eu não me recordo direito. Eu acho que era diretor do hospital e já fazia cirurgia plástica. Como subdiretor é que eu fui fazer a especialidade em cirurgia plástica. E depois disso eu voltei a ser diretor; aí já era em cirurgia plástica.

I.F. – De onde surgiu a idéia da Fundação Osvaldo Aranha? Foi conversando com um grupo de amigos?

O.G. – Esse é o pedaço mais longo dessa história toda, justamente a criação da Fundação Osvaldo Aranha. O corpo médico, a gente conversou ontem sobre a qualidade do corpo médico da Companhia Siderúrgica Nacional. Houve aquela objeção à qualidade do trabalho, tanto que as pessoas saíam de Volta Redonda para serem atendidas no Rio de Janeiro, como a senhora falou. Mas o corpo médico era muito bom. Quando nós passávamos para o hospital, já passávamos com uma porção de especialidades. Não era aquele grupinho de seis médicos lá do hospital de madeira, já era então um grupo bem arquitetado, bem formado, bem estruturado. Já tinha cirurgia plástica, já tinha laboratório, já tinha laboratório de patologia, tinha laboratório de análises clínicas, tinha radiologia, tinha muitos clínicos, equipe de clínicos, já tinha um serviço de plantão no hospital dia e noite, para atendimento, já tinha os plantonistas, já tinha uma equipe de seis ou sete cirurgiões, começou a haver outras especialidades, como urologia, pediatria... Já era um hospital de outra estruturação, de outra formação. E um hospital bem diferenciado do resto da região, porque era um hospital com outro potencial de atendimento, outra qualidade, outra capacidade. E no meio da nossa vontade de ser alguma coisa, dos nossos ideais, no meio dessa coisa toda, estava ter uma escola de medicina em Volta Redonda. Era um sonho dos médicos da companhia, porque ali havia realmente um hospital que podia formar outros colegas. Tinha uma estrutura boa, um bom número de leitos, 180 leitos.

Então a gente sonhava com isso. E articulávamos alguns movimentos nesse sentido, mas era uma coisa difícil porque a criação de uma escola é uma iniciativa difícil. É muito difícil a autorização de uma escola, principalmente uma escola de medicina como a gente pretendia. E a coisa... explorava um pouco o assunto, depois morria, depois voltava, e ficava nessa coisa, só na fantasia. Até que em Volta Redonda teve um colega, Nalmir Santos Prado, médico patologista. Ele veio quando eu era diretor do hospital e ele fazia um relacionamento muito bom com um patologista de Juiz de Fora, Paulo Torres. Ele fazia um intercâmbio muito bom. E parece que naquela

ocasião a escola de Juiz de Fora tinha sido aquinhoadada [inaudível] uma escola de medicina oficial. Em função disso, num congresso lá em Juiz de Fora, o Paulo Torres falou: “Por que você não cria uma escola de medicina lá em Volta Redonda? Você deve fazer isso...”

V.A. – Falou para o Prado?

O.G. – Para o Prado.

V.A. – Quando foi isso, mais ou menos?

O.G. – Deve ter sido mais ou menos em 55, 56, nessa época. E o Prado começou a desenvolver em Volta Redonda a idéia de trazer para cá uma escola de medicina. Ele não tinha muitos esclarecimentos a respeito de como se funda, se cria uma escola de medicina. Tanto que chegou aqui, reuniu uns colegas — inclusive ele me convidou —, o que ele achou que era uma elite de colegas na cidade, e constituiu a congregação da escola: já fez os estatutos da escola de medicina, já fez a direção da escola, fez tudo no papel direitinho. Ali no papel estava tudo ótimo, mas acontece que ele deu entrada no ministério, o processo... Ele organizou um processo, deu entrada no ministério, e aquele processo começou a ficar nas gavetas, nas mesas e não andava nunca.

I.F. – Isso foi no governo Juscelino já?

O.G. – Isso eu não lembro. Em 65, eu acho.

I.F. – Então já era na Revolução.

O.G. – Isso, já em sessenta e poucos.

I.F. – Castelo Branco.

O.G. – Isso, Castelo Branco. Esse trabalho dele foi coisa de uns três ou quatro anos. De repente, depois de uns anos ele esperando por isso, um ano, um ano e pouco ele esperando por essa solução, autorização da escola, informaram a ele que uma escola de nível superior só era autorizada se tivesse uma mantenedora. Sem uma mantenedora não era possível criar uma escola; tinha que ter uma mantenedora porque tinha que prever primeiro um patrimônio anterior à escola. E essa mantenedora devia ser uma fundação. Ele então criou a Fundação Falcão Neto.

I.F. – Uma das características de fundação é que seja sem fins lucrativos.

O.G. – É lógico! E ele criou a Fundação Falcão Neto.

V.A. – Quem é Falcão Neto?

O.G. – Falcão Neto foi um médico que, na mudança do hospital, foi convidado para fazer essa mudança do hospital velho para o hospital novo. Ele foi a cabeça, o cérebro dessa mudança. E ele era mais do que um diretor, era um superintendente dessa mudança. Ele era o chefe principal, mas não tinha ação direta sobre o hospital, ele tinha uma ação mais ampla em termos de saúde de Volta Redonda. O negócio começou

a expandir nesse sentido. E o Falcão Neto era um ótimo colega, um sujeito muito inteligente, um rapaz muito preparado. E aconteceu que, numa viagem que ele fazia para o Rio de Janeiro, a família fazia uma viagem para o Rio de automóvel, o carro derrapou numa curva, morreu quase que toda a família: ele, a mulher, um filhinho e tudo o mais. Foi um fim doloroso, uma tragédia. Deixou parece que dois filhos órfãos, um rapaz e uma moça. Morreram o pai e a mãe, morreu uma criança que ia junto. E o nome dele ficou muito lembrado na memória dos colegas do hospital. Então, nessa oportunidade, o Prado botou o nome dele: Fundação Falcão Neto.

V.A. – Já era a entidade mantenedora. E essa fundação tinha patrimônio?

O.G. – É difícil dizer, porque o Prado fez isso... Devia ter algum patrimônio, ele deve ter inventado algum patrimônio, alguma coisa tinha, mas não era uma coisa líquida e certa, não. Era uma fundação meio preparada para isso.

V.A. – Para inglês ver.

O.G. – Para inglês ver. Mais ou menos deve ter sido isso, porque eles nunca saíram do papel. Eles receberam da Alemanha uma doação de material cirúrgico, essa coisa, e ninguém nunca ia ao cais do porto tirar o raio do material, não podia, podia, aquelas coisas mal começadas, mal iniciadas. E não caminhou bem.

Bom, quem era presidente dessa Fundação Falcão Neto era o Paulo Mendes. Mas o Paulo Mendes também já não morava mais aqui em Volta Redonda, ele já era médico no Rio de Janeiro, num organismo da indústria ou do comércio no Rio de Janeiro. Ele era médico lá e vinha pouco aqui. Mas ele era uma pessoa muito estimada por nós porque foi diretor social e foi uma pessoa muito amiga dos médicos, fez muita coisa pelos médicos, fez muita coisa pelo ensino, trabalhou muito o Paulo Mendes. Ele ficou uns seis ou sete anos na direção da companhia e trabalhou bastante. E prestigiava muito a classe médica, com ele os médicos começaram a sair para fazer cursos, começaram a ter essa possibilidade. De modo que o Paulo Mendes era convidado pelo prestígio: ele tinha sido deputado federal, tinha sido vereador aqui, diretor da usina... E ele era realmente uma figura de líder, o Paulo Mendes, de modo que os colegas tinham um respeito muito grande por ele e aproveitaram a indicação do nome dele para ocupar esses lugares-chaves. Mas ele não podia fazer grande coisa pela fundação porque ele morava no Rio, a fundação era aqui, as reuniões eram raras e as coisas não caminhavam. E ficou uma coisa que ia e não ia, ia e não ia.

I.F. – E tinha reuniões para discutir...

O.G. – Disso eu não participei muito. A cúpula era o Prado e o Paulo Mendes. Bom, não sei em que ano, eu vou dizer o ano em que eu fui eleito presidente da Sociedade Médica aqui: foi em 1966, em maio de 66... Não, foi em 1967. Em maio de 67 eu fui eleito presidente da Sociedade Médica.

V.A. – Sociedade Médica de Volta Redonda?

O.G. – É. Esse organismo de classe era próprio do hospital da companhia. Então era Sociedade dos Médicos do Hospital da Companhia, centro de estudos, que teve o nome também do dr. Paulo Mendes por causa da influência dele. De modo que a coisa era feita no ambiente restrito do hospital da CSN. Mas depois viram que a sociedade

precisava ter maior abrangência, que pegasse todos os colegas da cidade, e mudamos então para Sociedade Médica de Volta Redonda. Eu acho que fui o segundo ou o primeiro presidente da sociedade, não me lembro direito.

V.A. – Depois que ela ficou mais abrangente.

O.G. – É. E eu, na eleição, me comprometi com a classe em tocar para a frente...

[FINAL DA FITA 3-A]

O.G. ... frente e fui eleito.

V.A. – O senhor se comprometeu, quando foi eleito presidente da Sociedade Médica, a tocar para a frente o projeto da Escola de Medicina.

O.G. – O projeto da Escola de Medicina. Eu tive três auxiliares, três cabos eleitorais: o dr. Cordeiro, o Zé do Gás — Zé do Gás porque ele era anestesista, [risos] o nome dele está aí nesse livro...E quem era o outro? Os nomes deles tem aqui nesse livro. Esses três colegas insistiram comigo, depois de eleito: “Agora você tem que dar um jeito.” E eu comecei então a acionar o Paulo Mendes, a acionar o Prado, aí *eu* comecei a fazer pressão. E, você sabe, nesse negócio cada um dá uma desculpa: “espera não sei o quê”, “vai reunir não sei o quê”, “vem daqui a uma semana”, aquelas coisas. E eu aí fiquei em cima. Eu, quando pego uma coisa, é para valer mesmo. Esse trabalho que o Prado fez, com relação à escola... ele desenvolveu, através do Pedro Carlos, que era um colega, um pediatra do hospital da companhia, um trabalho inicial — esse que fez o livro¹. Ele, com o Pedro Carlos, fez uma equipe que desenvolveu um trabalho para estudar as condições sócio-econômicas de Volta Redonda e da região, para ver se cabia aqui uma escola. Isso é também uma exigência do MEC. Se não tiver as condições básicas de escolaridade na região, de transportes, de meios de comunicação, então ele não autoriza.

I.F. – Até renda das pessoas.

O.G. – Renda, tudo isso. E Volta Redonda era uma cidade privilegiada a esse respeito e, além disso, contava com uma região muito boa, muito tradicional como é Vassouras, Barra Mansa, Barra do Piraí. E ele fez esse estudo nessa região e isso serviu de base para esse roteiro do pedido e tudo o mais. Bom, eu então comecei a fazer pressão. Pressão em cima do Prado, em cima do Paulo Mendes para ver como nós íamos resolver. O negócio foi esquentando, esquentando e um dia o Paulo Mendes falou: “Vamos fazer uma reunião com o Nalmir Santos Prado e vamos resolver essa história?” Eu falei: “Vamos. Paulo, eu tenho serviço aqui, de manhã, no hospital. O Prado também tem, nós estamos juntos aqui. Você não quer vir aqui no hospital fazer isso?” “Eu vou aí. No dia que eu for a Volta Redonda, vou aí fazer uma reunião a esse respeito.” E fizemos uma reunião; esse foi o dia decisivo.

I.F. – Ainda em 67?

O.G. – Em 67. Eu ficava em cima mesmo. Já era outubro de 67, 15 ou 16 — porque a Fundação é de 18 de outubro de 67 — a data de criação dela. Quer dizer, isso foi uma

¹ Refere-se ao livro de Pedro Carlos Teixeira da Silva, *A universidade nasce na curva do rio: memória, depoimentos e reflexões sobre Volta Redonda* (Curitiba, 1997).

semana, dez dias antes. Então, reunimos eu, o Prado e o Paulo Mendes, só nós três lá numa sala do Hospital da companhia. Aí começamos: “Como é que nós vamos fazer, como vai ficar...” Aí começaram: “O Paulo não vem aqui...” Um começou a jogar a culpa em cima do outro.

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

O.G. – O Prado era uma pessoa meio nervosa, ríspida, seca, nervosinho; era um chato. Vocês não coloquem isso não! [risos]

V.A. – O senhor foi buscá-lo em São Paulo?

O.G. – Bom, eu não o conhecia. Quando precisei de um patologista aqui, que nós tínhamos criado o laboratório...

I.F. – Era um competente chato?[risos]

O.G. – Chato, é. Me disseram: “Em São Paulo, na escola tal, tem um. Vai lá.” Eu fui, não o conhecia, ele era baiano, não era nem daqui, era da Bahia, estava fazendo curso lá em São Paulo e veio para cá. E ele, aquela coisa ranhetazinha... Então ele não deu chance do diálogo entre os dois ser uma coisa mais tolerante de um para outro e começou aquela acusação mútua: “que você fez isso”, “que você fez aquilo”, “que não sei o quê”, “que devia fazer”, “que devia estar aqui”. O Paulo Mendes, em um determinado momento, se encheu da história e disse: “Olha aqui, de hoje em diante eu não sou mais presidente da Fundação Falcão Neto. Eu entrego meu cargo e vou resolver esse problema por mim, de uma maneira diferente, com os meus amigos.” E chegou para mim, lá fora, e disse: “Olha, Galotti, você pode ficar tranqüilo de uma coisa e pode avisar nossos companheiros aí: eu não sou homem de deixar uma idéia morrer. Pode deixar que nós vamos resolver isso.” E nesse momento ele teve uma inspiração fora de série, porque ele era político mas já não tinha força política aqui dentro, já morava no Rio de Janeiro. Ele tinha força entre os colegas, era estimadíssimo entre os colegas, mas força política não tinha mais. E o prefeito da cidade era praticamente um inimigo político dele.

V.A. – O Sávio Gama.

O.G. – Mas foi um momento iluminado dos dois, deve ter sido, porque ele foi procurar o Sávio Gama. Ele conhecia, era amigo do Sávio, mas politicamente um era UDN e o outro era PSD. Mas ele foi procurar o Sávio Gama e expôs a situação. O Sávio Gama tinha a prefeitura na mão, tinha o dinheiro, tinha o poder econômico. E o Paulo Mendes tinha a idéia, tinha o grupo técnico que o assessorava. Eram inimigos políticos mas nesse momento eles se entenderam. O Sávio falou: “Eu topo, vou com você.” O Sávio Gama tinha sido acionado para construir uma escola de engenharia, estava querendo fazer até uma escola de engenharia pelo Conselho Estadual de Educação — não pelo Conselho Federal — e viu que havia possibilidade de fazer isso em âmbito nacional — o negócio ser feito lá no MEC em Brasília. Então, viu uma oportunidade também para deslanchar uma idéia dele. E, com o Paulo, os dois firmaram um acordo de tocar isso para a frente. Em função disso, começaram a mobilizar os companheiros, tomar providências, reuniões, chamar pessoas influentes a Volta Redonda. E o Sávio, muito prático, quis o negócio logo preto no branco, organizar uma fundação.

I.F. – Quer dizer, a primeira idéia era apenas a Escola de Medicina.

O.G. – A escola era de medicina. Mas aí já viram que o momento, por causa daquela situação do Costa e Silva, era para criar uma fundação, uma mantenedora, e criar uma série de escolas. Aí, saiu logo com umas quatro ou cinco. Bom, então os dois se entenderem, o Pedro Carlos tomou uma parte muito influente nesse trabalho de mobilização das forças, trouxe o estudo que ele havia feito sobre as condições sócio-econômicas da região, e eu sei dizer que no dia 17 de outubro fizeram uma reunião lá na prefeitura e criaram a Fundação Osvaldo Aranha.

O nome Osvaldo Aranha é uma questão ainda debatida dentro da própria Fundação porque eu acho — é a minha opinião — que quem influenciou o Paulo Mendes para escolher esse nome deve ter sido o Macedo Soares. Isso eu não pude saber, não fui falar com d. Alcina porque ela já tinha ido embora daqui e o Macedo já tinha morrido. Mas o Paulo Mendes era muito amigo do Macedo, amigo de todo dia, de freqüentar a casa, ser padrinho. E eu tenho a impressão que o Paulo Mendes contou essa história toda para o Macedo Soares e talvez... O Macedo Soares serviu ao Osvaldo Aranha quando ele era ministro do Exterior, embaixador lá nos Estados Unidos, e quando ele foi ministro, em questão de dinheiro, arrumar dinheiro... Então eu tenho a impressão... E ele é quem dava as informações para o Osvaldo Aranha, justamente o Macedo Soares. Então, eu tenho a impressão que o Paulo Mendes, na falta de um nome... Eles quiseram botar o nome daquele secretário da ONU que morreu lá na África, Dag Hamarkjold, um nome tão complicado. Eu sei dizer que saiu o nome do Osvaldo Aranha e foi escolhido pelo Sávio e pelo Paulo. O Pedro Carlos disse que quem deu a idéia para o Paulo Mendes foi o Fábio Andrade Carneiro.

V.A. – Quem é Fábio Andrade Carneiro?

O.G. – Ele fazia parte do grupo do Pedro Carlos naquele estudo do ambiente, ele era um sociólogo. Era um funcionário da companhia, não estava mais na companhia, já estava nessa época no Rio de Janeiro, não estava mais aqui. Bom, então surgiu a fundação. A reunião foi feita na prefeitura, a prefeitura participou do quadro de instituidores da fundação, ela ainda é uma instituidora da fundação, e o Sávio Gama foi 100%. Na hora dele determinar umas coisas lá... e ia dando tudo. Primeiro, deu em comodato o campus universitário.

I.F. – Que é grande.

O.G. – É grande. Ele que deu aquele negócio.

I.F. – Desapropriou?

O.G. – Desapropriou a fazenda, uma parte para nós, uma parte para a implantação de indústria, uma parte não sei do quê, mas foi por nossa causa que ele desapropriou aquilo.

V.A. – Era de quem, a fazenda?

O.G. – Aquilo era de uns padres.

I.F. – Uns padres com nomes esquisitos.

O.G. – Beneditinos.

I.F. – Não eram beneditinos, não, era um outro nome.

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

O.G. – Bom, aí deu um terreno para nós perto da Beatriz Gama, um terreno grande lá, porque a fundação precisava ter um patrimônio inicial...

I.F. – Eram os Trapistas de Tremembé, “entidade religiosa que se transformou em mosteiro mantendo-se, como era tradição, uma escola para os filhos de colonos.”² Aquela casa ali.

O.G. – Isso, Trapistas.

I.F. – Eu nunca tinha ouvido falar dessa ordem, Trapistas de Tremembé.

O.G. – Aí, ele proveu a fundação de uma dotação orçamentária da prefeitura de 2,5% do orçamento, para manter a fundação. Quer dizer, ela já nasceu com um patrimônio...

I.F. – Com sede, dinheiro e boa vontade das pessoas.

O.G. – Tudo. Aí, foi o trabalho nosso de aprovar as escolas lá em Brasília, no MEC. Aí também valeu a influência do Paulo, que era amigo do Clóvis de Oliveira, que foi o primeiro diretor da Escola de Medicina, um médico neurologista que trabalhava com Deolindo Couto lá no Instituto de Neurologia. E o Deolindo Couto mandava no Conselho Federal de Educação. Nós puxamos o Deolindo Couto para nós. O Paulo foi colega de turma do Muniz de Aragão, outro que estava lá dentro. Clóvis Salgado, de Minas. Começamos a puxar essa gente. O Pedro Carlos era amigo do Clementino Fraga Filho. E nós puxamos essa gente toda e eles nos ajudaram muito. Com a ajuda deles, com o prestígio deles. O Deolindo Couto que orientava...

Eu me lembro que eu era meio boboca para fazer essas coisas, eu sou da parte mais de tocar obra, isso é comigo mesmo. Mas separamos um prédio, destinamos um prédio na praça da prefeitura, onde hoje tem uma bomba de gasolina. Era um prédio que o... como ele chama? Um sírio, um árabe, ele estava construindo. Nós vimos um prédio grande, dava para instalar a escola ali, pelo menos o ciclo básico. O ciclo clínico seria o hospital da companhia. Então, nós combinamos e alugamos aquele prédio. Mas o prédio estava em término, estava acabando, estava em emboço, aquelas coisas. E a gente precisava mandar fotografias lá para o processo, para botar as fotografias lá. E eu fotografei aquilo com a maior naturalidade, aqueles montes de areia e mandei para ele. Ele mandou devolver tudo, que precisava fantasiar a história porque eles não aceitavam. [risos]

Mas nós fizemos tudo, fizemos o projeto, entramos com o projeto na biblioteca, os livros, saímos angariando livros, doações de livro, essa coisa toda. Nós fizemos tudo isso. Foi um trabalho grande, de uma equipe grande e eu fazia parte dessa equipe da Escola de Medicina. O Pedro Carlos ficou como a cabeça para todas as outras escolas, que eram mais quatro: odontologia, engenharia — essa, o Sávio tinha a equipe dele

² Lendo trecho da página 35 do livro de Pedro Carlos Teixeira da Silva.

porque já era seu pensamento trazer uma escola para cá. Tanto que ele chegou no campus e imediatamente derrubou o prédio inteirinho e tirou mil fotografias daquela casa, mil fotografias! Teve carpinteiros, marceneiros especialistas que reconstruíram a casa com aqueles mourões, com aquela coisa toda lá, tudo em madeira de lei, tudo direitinho como era.

I.F. – Aquela casa antiga é a Escola de Engenharia?

O.G. – É aquilo mesmo. É a Escola de Engenharia.

V.A. – Aquela Escola de Engenharia da UFF que tem aí, ela já existia?

O.G. – Já existia, ela foi do tempo do Jânio Quadros, ele que trouxe aquela escola para cá.

V.A. – Não ficava ruim ter duas escolas de engenharia em Volta Redonda?

O.G. – Não, essa é só de metalurgia.

V.A. – Essa da UFF é só de metalurgia?

O.G. – Pelo menos era, não sei se diversificaram mais. Pelo menos até três anos atrás era só de metalurgia. Só ensina metalurgia. A nossa é civil, engenharia civil.

I.F. – Então, no final de 67 conseguiram organizar, montar, e o MEC liberou?

O.G. – Em maio de 68 nós recebemos a autorização para funcionar a escola. Não durou nem um ano, porque foi em outubro de 67 criada a fundação.

I.F. – A primeira foi de medicina?

O.G. – A primeira foi de medicina; a segunda, de engenharia.

I.F. – A de medicina ficou então com sede no centro da cidade...

O.G. – É, numa construção que tinha na praça da prefeitura. Era usada até com deboche porque era uma escola num posto de gasolina. [risos] Eles falavam muito disso.

I.F. – E a de engenharia já foi lá para o campus?

O.G. – Lá no campus, a Escola de Engenharia. Mas também aquele campus não tinha nada, era um pasto, nem cerca tinha. Tudo o que você vê ali, não tinha nada daquilo. Lá no fundo tinha aquele caminhozinho de terra que acabava naquela casa, com as dependências da casa ainda mais abandonadas porque só reconstituíram a sede. E a Escola de Engenharia eu acho que foi no ano seguinte, ou um ano depois. Depois veio a Escola de Odontologia.

I.F. – O senhor disse que a parte prática da medicina era feita no hospital.

O.G. – Isso a partir do terceiro e do quarto ano.

I.F. – E engenharia, que precisa de laboratórios e aparelhos?

O.G. – Isso teve, tem lá. Ela ficou lotada lá completamente porque não tem outra instalação fora da escola, da sede.

I.F. – E as instalações são boas, de laboratórios...

O.G. – São boas. E eu, posteriormente, ampliei as instalações e ocupei um ginásio. Nós ganhamos uma verba para construir um ginásio, que também não foi adiante... Porque tudo é assim no Brasil. Começa uma verba, depois não vem o resto das parcelas e você pára no meio. E a construção daquele ginásio ficou lá uns dez ou 15 anos. A história é bastante interessante e bem mais complexa.

I.F. – Então, primeiro, medicina, segundo, engenharia e, em seguida, odontologia.

O.G. – Odontologia. Aí já a Escola de Ciências Contábeis e a Escola de Educação Física vieram uns três, quatro ou cinco anos depois — não foi tão de repente.

I.F. – Mas só agora que estão construindo os campos de esporte.

O.G. – É, agora que nós estamos construindo campos e instalações para a Escola de Educação Física. Para ver como são as coisas em Volta Redonda.

I.F. – E como é que faziam? Era no Recreio do Trabalhador?

O.G. – É lógico! A companhia tem um Recreio do Trabalhador, que tem todas as instalações possíveis para a prática de esportes, por que ela não pode ceder isso para uma escola formar professores que servirão mais tarde para atender as próprias instalações da companhia? Essa é uma espécie de entendimento, de parceria que nós já [inaudível] desde aquela época. E foi graças ao entendimento de alguns diretores, de uma pessoa como o Sávio, de uma pessoa como o pai do Sérgio, o general... Vou falar o nome dele depois. O pai dele...

V.A. – Sérgio Costa Lima e Silva?

O.G. – Sérgio Costa Lima e Silva. O pai dele era o general Américo. Ele teve um entendimento muito bom porque gostava de esportes e, quando o Pedro Carlos o abordou para isso, usando o Manuel Tubino, que é um grande professor de educação física no Rio de Janeiro, da Gama Filho, é vice-reitor na Gama Filho atualmente, um grande líder desse movimento das escolas de educação física... Eles convenceram o general Américo da oportunidade de criar aqui, tendo um parque de esportes como tem a companhia. E ele se entusiasmou, ajudou e veio a Escola de Educação Física. Foi a última da primeira leva. E o Sávio, muito entusiasmado. O entusiasmo do Sávio era uma coisa fantástica.

V.A. – Isso que eu queria perguntar ao senhor. Nós andamos lendo que justamente em 67 a CSN passou para a prefeitura o patrimônio público. Houve a emancipação do município de Volta Redonda em 54, mas até 67 a CSN continuou tomando conta.

O.G. – Das casas, da cidade.

V.A. – Em 67 ela passou esse patrimônio para a prefeitura. Foi justo no momento, em 67, em que o prefeito Sávio conseguiu passar uma parte desse patrimônio para a Fundação Osvaldo Aranha. Tem alguma influência o fato da prefeitura ter recebido da CSN...?

O.G. – Não, não. Primeiro que essa fazenda não tem nada com as propriedades da Companhia Siderúrgica. Essa é uma fazenda que estava abandonada, com esses Trapistas aí, não tinha dono esse troço, era uma coisa assim. E a fazenda da companhia, a Santa Cecília, ela não passou. Ela passou para o patrimônio da cidade as casas, as ruas. A companhia era que limpava as ruas, que fazia a manutenção das casas, fazia tudo.

I.F. - E a prefeitura fazia o quê? Tratava da periferia?

O.G. – Não tinha. Tratava da cidade de Volta Redonda.

I.F. – Quer dizer, a Vila, o Laranjal ficavam por conta da CSN. E o resto ficava por conta da prefeitura.

O.G. – E daí em diante a prefeitura passou a cobrar os impostos, entrou na Vila e ficou com a responsabilidade do atendimento público dessa parte.

V.A. – E, por exemplo, esse prédio do posto de gasolina também não fazia parte do patrimônio da CSN?

O.G. – Não, não, isso está lá em Volta Redonda, lá na Amaral Peixoto, lá perto do Hotel Quartzo, você atravessa a coisa e cai nele ali.

V.A. – Era ali o prédio então da Escola de Medicina.

O.G. – Do lado de lá, no Aterrado. Mas então, a história mais importante é o entendimento do Paulo com o Sávio Gama, porque são dois líderes.

V.A. – O senhor disse que um era UDN e outro, PSD. Só que em 67 não tinha mais, era Arena e MDB.

O.G. – Então é Arena e MDB, eu não conheço muito esses partidos.

V.A. – Em 67 já não tinha mais UDN e PSD.

O.G. – É, não tinha. Eu falei assim, como partidos opostos, diametralmente oposto.

V.A. – O Sávio era mais para o PSD, não era isso?

O.G. – O Sávio era, mais trabalhista, essa coisa. O Paulo era mais... era Brigadeiro... Mas logo na primeira reunião o Sávio foi muito magnânimo, fez muita concessão, ele deu a presidência da fundação para o Paulo e ficou com a primeira vice-presidência. Eu fiquei como segundo vice-presidente porque eu representava os médicos. Então, nós fizemos o primeiro conselho curador da fundação, que eram parece que sete membros e

mais três representantes que nós iríamos escolher. Esses primeiros membros foram o Paulo Monteiro Mendes, o Sávio Cotta de Almeida Gama, eu, o Pedro Carlos Teixeira da Silva, o Fábio Andrade Carneiro — parece que éramos cinco. Foi o primeiro conselho curador da fundação. O conselho curador é o órgão deliberativo, o órgão máximo de uma fundação.

Aí começamos a trabalhar. O Paulo não morava aqui, o papel dele foi o de mobilizar as idéias, fazer uma aglutinação, foi um papel formidável. Mas ele não morava aqui, morava no Rio de Janeiro, de modo que o Sávio morava aqui e começava a atropelar as coisas, queria fazer logo tudo. É o jeitão dele mesmo. E logo quis fazer um projeto da Escola de Medicina lá no campus e arranjou uma dotação especial na prefeitura — naquela época era da ordem de três milhões e não sei quantos — para fazer o projeto. E projeto estudado pelo arquiteto Nayme, um projeto muito bonito, eram 12 mil metros quadrados, uma obra grande. E começou. Numa dessas reuniões do conselho, havia uma discussãozinha daqui, uma discussãozinha dali, o Sávio queria impor a idéia dele e começaram-se a formar dois grupos. A turma que puxava pelo lado do Paulo éramos eu, o Pedro Carlos e o Fábio Carneiro. E a turma que puxava pelo Sávio quase que não tinha, era ele mesmo. Coitado.

I.F. – O bloco do eu sozinho.

O.G. – E aí ele ficou numa situação meio assim e começou a se afastar um pouco. E essa Escola de Medicina, cujo projeto ele já tinha começado, já tinha feito a estrutura, estava a estrutura toda lá, parou também, parou junto com o ginásio. Ficaram as duas coisas lá paradas... A escola estava aqui no...

[FINAL DA FITA 3-B]

O.G. – ...o terceiro ano, mais ou menos nessa época, e já estavam providenciando o hospital, as clínicas, estavam instalando as clínicas dentro do hospital da companhia para dar aulas, arranjando espaço para dar aula, aquele trabalho de instalação de uma escola, o que não é fácil. O Sávio foi-se retirando aos poucos e ficamos nós. E aí a própria dotação orçamentária começou a faltar, minguou, a situação começou a ficar apertada, e começamos a tocar a fundação em fogo brando. Nessa ocasião eu acho que fui presidente dela, mas fiquei muito tempo e me indispus com o grupo do conselho, que já tinha mudado, e saí também.

V.A. – Mas o senhor disse que ficou 12 anos como presidente.

O.G. – Espera aí!

I.F. – Está no começo, a prefeitura está ajudando ainda.

V.A. – Então, o senhor ficou um tempo como presidente mas não foi essa outra gestão?

O.G. – Não, não. Eu acho que substituí o Paulo, não sei, não me lembro direito; eu sei que fui presidente. Eu não sei por que as pessoas me punham nesses lugares, eu sempre estava sendo presidente, sendo alguma coisa.

V.A. – O senhor então ficou acumulando os encargos da Fundação Osvaldo Aranha com o seu consultório e com o hospital. Não era pouca coisa.

O.G. – Você sabe que uma fundação tem também a parte administrativa dela, diretor administrativo que desenvolve a rotina. Tem as escolas, tem os diretores. Eu ia lá, por exemplo, todo dia de manhã, das dez ao meio-dia, esse era o meu expediente lá. Todo dia. Eu atendia, via isso, via aquilo, despachava. Mas isso sempre cumprindo só rotina.

V.A. – E os professores dessa Escola de Medicina, que começou a funcionar em 68.

O.G. – Foi bom você perguntar porque isso também teve a influência daqueles mestres a quem nós nos associamos. Eles trouxeram muitos professores da faculdade de medicina da Praia Vermelha, o Solero, uma porção... Alguns já aposentados. E começaram a dar as disciplinas básicas do curso, que são as mais difíceis de encontrar especialistas no interior. Como o sujeito vai ser histologista no interior? Anatomista? Geralmente o cirurgião gosta de ser anatomista.

V.A. – Essas pessoas vinham então do Rio de Janeiro, já aposentadas...

O.G. – Algumas, não; algumas tinham atividade lá.

V.A. – Vinham uma vez por semana?

O.G. – Vinham em dia de aula. Porque a aula do curso médico é dada um dia por semana em determinadas disciplinas. Ele vem para dar aquela aula e pronto. É assim que se faz nas escolas ainda hoje, não é como no ginásio, em que segunda, quarta e sexta tem matemática e terça, quinta e sábado tem português. Aqui, não: um dia tem uma disciplina. Por exemplo, histologia aos sábados, anatomia segunda-feira, e assim ocupa o dia inteiro o aluno. No máximo, quando são disciplinas muito grandes, muito pesadas, como anatomia, fisiologia, entra uma outra disciplina pequena, bioquímica, para fazer par e não ficar só uma. Se bem que, no meu tempo de escola, acho que só tive anatomia no primeiro ano.

V.A. – Mas os médicos do hospital não eram os professores da escola?

O.G. – Alguns.

V.A. – O senhor, por exemplo, não dava aula?

O.G. – Não, eu nunca gostei de dar aula, não. Eu acho que a vocação de professor... Tem que ser um sujeito muito fora de série e eu achava que não tinha competência para isso.

V.A. – Mas alguns médicos do hospital...

O.G. – Muitos! Quase todos. Principalmente das cadeiras de clínicas — quando eles não eram titulares, eram adjuntos, assistentes e compunham a base da cadeira em Volta Redonda. O titular ficava no Rio, vinha uma vez por semana, e eles continuavam aqui. E assim nós instalamos a Escola de Medicina. Então, começou a faltar recurso para a escola, começamos a ter uma certa dificuldade para expandir, surgiu a Escola de Odontologia, que se servia das instalações da Escola de Medicina lá no postinho de gasolina.

V.A. – Essa de odontologia não é da fundação?

O.G. – É da fundação. Veio ela, se servia das instalações. Depois, veio para a prefeitura uma pessoa muito amiga do Paulo Mendes e do Garcia, o Francisco Torres — dessa Rodoviária Francisco Torres, um sujeito bacana. Ele, então, deu em comodato, para a parte clínica da Escola de Odontologia, uma escola normal que estava fechada, e quando a senhora for falar com ela, a senhora fala que tem o nome dela: Alcina Fonseca Macedo Soares e Silva. Era uma escola que estava a fechada e então deu para nós fazermos ali, que é até hoje, a parte clínica da odontologia. Aliás, vocês precisam ir lá ver que coisa louca é aquilo. E nós vamos fazer melhor, que vai ser a escola naquele terreno lá da frente. Eles estão dimensionando lá e tudo o mais. Coisa de louco. Mas a escola normal também é muito boa, de cair o queixo. Mas não é nossa — daí esse trato que eu fiz com a prefeitura agora... Vamos entrar nesse parêntese que é interessante.

A prefeitura doou aquilo para nós e vamos ficar aí 30 anos, 40 anos — sabem como é o espírito brasileiro: e vamos deixando... [riso] Mas essa escola pertence ao patrimônio da Fevre, Fundação Educacional de Volta Redonda, uma entidade pública, da prefeitura, de educação secundária. É uma fundação, mas dentro da prefeitura parece que era uma espécie de autarquia, tinha uma certa independência. Eu sei dizer que ela é que geria seus negócios. E ela ficou devendo ao INPS, não pagava, não pagava, não pagava, e no fim ela penhorou a nossa escola: era patrimônio dela e ela deu como penhor da dívida. Bom, aí foi para a Justiça, o INPS foi correr atrás da propriedade dele.

V.A. – É essa que tem o nome da d. Alcina?

O.G. – É essa escola.

V.A. – Que agora, então, pertence ao INPS?

O.G. – Não. Você não ouviu a história ainda, minha filha. A história é longa. Nós fomos deixando. Quando nós soubemos, foi surpresa e ficamos chateados: “Puxa vida, vão leiloar essa escola. E como nós vamos fazer? Mas também daqui nós não saímos, estudante não deixa sair.” — aquelas coisas. E a gente trabalhava o advogado do instituto para empurrar com a barriga aquilo, pegamos um juiz, que foi advogado nosso e que tinha muita influência no fórum, para empurrar com a barriga. Mas chegou um dia em que não houve jeito: o juiz ia mandar ir a leilão na semana seguinte. Nós ficamos em uma situação difícil. Foi uma advogada da prefeitura que nos salvou, a Laura — hoje é advogada nossa. Ela descobriu que um bem público não podia ser penhorado, não podia ser dado em penhor, e suspendeu a... A Fevre não podia ter dado e ele não podia ter aceitado.

I.F. – Volta tudo atrás, então.

O.G. – Aí eu era presidente recente — a última vez em que eu fui presidente. Eu achei aquilo um negócio muito chato, puxa vida, ficar a vida inteira na dependência dos outros. E a prefeitura, quando soube que tinha sido dado por prazo indeterminado, o que também é uma impropriedade... Um comodato não pode ser por prazo indeterminado, mas eles tinham dado e, na prefeitura, ninguém se interessou mais por aquilo, ninguém queria saber daquilo e não ia lá proteger o bem. Aquele negócio: nós salvamos porque essa moça descobriu. Aí eu convoquei o conselho curador — isso agora — e falei:

“Vamos fazer uma coisa, daqui a cinco anos vamos sair daqui. Em cinco anos nós temos a obrigação de construir uma escola de odontologia.” “E o dinheiro?” “O dinheiro nós vamos achar, vamos procurar.” O Jairo, que é diretor da escola, tinha um medo desgramado, não queria entrar nessa de jeito nenhum. Jairo, o atual diretor e presidente, aquele que foi lá cumprimentá-las. Ele não queria, estava com medo. Eu falei: “Jairo, vamos pedir um aumento de 20 vagas. Essas 20 vagas dão tanto por mês, tanto por ano. Daqui a cinco anos, nós vamos ter dois milhões de reais, o que dá para fazer esse prédio.” Fiz esse cálculo direitinho, ali, no papel. Os 20 alunos que entrassem a mais seriam destinados à construção da escola. Vinte alunos durante um ano seriam 240 mensalidades. Eu sei que fiz o cálculo e deu certo. Agora, nós tínhamos que tirar esses 20 alunos no MEC. Nós tínhamos 75 vagas e queríamos aumentar para 95. Não, eu queria tirar 15 — o cálculo eu fiz com 15. Eu sei que nós fizemos uma força tão grande no MEC que em dois tempos eles arranjam 20 vagas para nós. Então tem um programa para construir a escola que nós denominamos de “a nova odontologia”. Um programa de cinco anos. No primeiro ano fez-se a planta; no segundo, as fundações; agora vai-se começar a levantar as estruturas, no terceiro ano — 99 é o terceiro ano, 2000 será o quarto ano, 2001 será o quinto ano e até lá nós temos que construir. Nós temos uma mensalidade boa e temos dinheiro bem para fazer isso.

I.F. – O senhor está contando com essa mudança na política econômica, com essa inflação?

O.G. – Bom, isso é uma surpresa. Mas tem que sair. Que eu saiba, o dinheiro nosso não mudou muito e nós só vamos comprar coisas em reais, vai ser o mesmo dinheiro. A turma não pode inventar o dólar na história, não. Bom, eu falei: “Jairo, nós vamos à prefeitura e vamos oferecer a restituição desse prédio para daqui a cinco anos. E vamos fazer um adicional no contrato nos comprometendo a devolver e tudo o mais, levando todo o nosso equipamento embora.” Você sabe que eles mudaram o tratamento conosco? Já ficaram interessados, já são nossos amigos, nossos parceiros, viram que nós tivemos um relacionamento bom com eles. Começou com o Baltazar e agora com o Neto. Ih, eles ficaram satisfeitos para burro e estamos nos entendendo bem. O que aconteceu? A parceria nossa foi tão boa com eles que eu ainda fiz melhor, avancei um pouco mais. Eu falei: “Nós estamos construindo a sede lá em Três Poços e essa sede aqui vale a área de terra que vocês têm mais ou menos lá em Três Poços, no campo. Nós estamos construindo a sede e vamos abandonar isso aqui. Então, nós damos esse prédio para a prefeitura, o que for diferença... — mandamos fazer uma avaliação correta e nós acertamos o que tiver que acertar.” Não precisou nem acertar, o nosso prédio valia mais, parece.

V.A. – O prédio do posto de gasolina...

O.G. – Não. Eu vou contar a sede para vocês depois. A sede que nós construímos na Ponte Alta.

V.A. – Que é o que nós visitamos ontem?

O.G. – Não, não tem nada a ver. Então, eu dei a sede e fiz essa combinação...

I.F. – A sede é aqui no centro de Volta Redonda?

O.G. – É lá na Ponte Alta. Eu vou contar para vocês. Então nós fizemos essa combinação e agora nós somos senhores daquele campus universitário. Aquilo não é mais comodato, não; aquilo é nosso, é da fundação. E temos a nossa sede, que era na Ponte Alta — Ponte Alta é no fim de Volta Redonda, como quem vai para Barra Mansa.

I.F. – É na direção de Niterói?

O.G. – Não, de Barra Mansa.

I.F. – O lado oposto.

O.G. – O lado oposto. A auto-estrada que vai até o finzinho, ali chama-se Ponte Alta porque tem uma ponte alta, a gente passa por baixo dela. Isso aconteceu naquele princípio em que houve esse desentendimento, ficaram muitas coisas por fazer.

V.A. – Desentendimento com o Prado?

O.G. – Prado, não. Ih, o Prado até... não tinha morrido, mas já morreu, coitado. Mas desentendimento dos dois líderes, o Paulo Mendes e o Sávio. Eles se desentenderam e ficou assim: o Paulo lá, o Sávio aqui não ligava... me botaram, eu me desentendi, saí, ficou o Primo como presidente da fundação. O coronel Primo era a pessoa da confiança do Sávio para a construção daquele prédio que foi a Escola de Engenharia, e que depois se tornou diretor da escola. Era engenheiro aqui da AMAN, de Resende. O Primo, por influência do Sávio, ficou no conselho representando a Escola de Engenharia. E eu me desentendi porque queria reformar aquele ginásio e a turma dava para trás, o conselho dava para trás. Eu tinha uma oposição muito grande no conselho, aí o Fábio virou contra mim, essas coisas assim. A gente se desentendeu e nessa história toda eu não consegui reconstruir o ginásio e saí. Continuei no conselho mas não fui mais presidente.

V.A. – E o terreno da Ponte Alta?

O.G. – Agora é que começa o desenvolvimento da fundação. Eu voltei em 1980, aí fui eleito mesmo. O Garcia era muito amigo do Paulo Mendes, meu amigo, irmão, da fundação também: “Galotti, você vai voltar, você é que tem que ser.” Nós fizemos uma campanha e eu ganhei em 1980, fui presidente eleito. Aí eu comecei a fazer essas coisas todas. A parte da administração da fundação teve que sair do prédio da escola — que era tudo junto, a sede da fundação com a Escola de Medicina, naquele prédio em cima da bomba de gasolina. Mas ela teve que sair dali porque estava ocupando espaço. Estava crescendo, havia instalação de disciplinas, e então ela saiu e foi ali para a Paulo de Frontin, a mesma rua, um pouco mais para o lado da linha, no número 36, em cima de uma farmácia, e se instalou ali a administração geral da FOA. Ali que era a administração. Aí eu entrei. Quem era o administrador da FOA era o Acácio Fernandes Filgueiras. E quem era diretor executivo era o Horta Lopes, um coronel de Resende muito amigo do Primo. Eu ia lá e conversava com o Acácio e falava: “Acácio, nós precisamos sair daqui, vamos começar a trabalhar nisso.” Acontece que ali na Ponte Alta foi instalada, há muitos anos, a Liga Barramansense contra a Tuberculose, da qual o Paulo foi presidente durante muito tempo e sobre o qual o Garcia tinha uma influência muito grande, porque era amigo-irmão do Paulo. E aquilo estava parado, eles tinham abandonado — estava fechado porque a própria tuberculose, com a penicilina, a estreptomicina, tinha caído muito e ficou um pouco em desuso aquilo. Aí o Garcia

falou: “Vou ver se arrumo a doação daquilo para nós.” Doaram aquilo para nós. A Liga Barramansense contra a Tuberculose doou aquilo para nós. Aí eu fui construir a sede: não tinha outro lugar e a fundação precisava ter uma sede decente. E construímos uma sede muito boa, um prédio enorme, grande. Nós começamos a construir assim... sabe que quem derruba uma casa, prega em outras paredes para acertar, mas no fim botamos tudo no chão e fizemos uma sede excelente. Sede excelente mesmo! E mudamos para lá a sede da fundação. Aí ela já começou a criar uma outra personalidade.

Aí fomos para o campus. No campus fomos retomar a construção do Centro de Ciências Biomédicas, aquele esqueleto de concreto que ficou lá durante dez ou 15 anos. Um mato, era o curral de um sujeito, o Vantuil, que criava as vacas dele lá, e ali era curral, onde ele tirava o leite, debaixo daquelas estruturas. Ele adaptou e fez o curral dele ali. [riso] Vantuil, até hoje nós temos problemas com ele porque ele mora numa casa dentro do campus e nós precisamos tirá-lo de lá. O Sávio é responsável por isso, porque ele era cupincha do Sávio; o Sávio que deu a casa para ele morar e agora ele não quer sair mais. E o pior é que a alegação dele é usucapião, enquanto um bem público não tem usucapião. Mas não tira de lá, não toca o processo. Agora, eu acho que fazer um acordo com ele é interessante.

Aí fomos construir uma sede, nós estávamos melhor, a inflação estava nos dando rentabilidade para mexer com dinheiro, aquele dinheiro nós reaplicávamos e tirávamos dinheiro para construir. Como uma fundação, como vocês sabem, não tem quem tire dinheiro dela para si, aquilo é tudo revertido em função do que faz, do movimento do ensino. Não existe o lucro capitalista, esse lucro de pegar o dinheiro e a minha parte eu ponho no bolso. Você não é dono de nada, você não leva nada, quando você morrer, da fundação ninguém tira nada. Aquilo é *dela*. De modo que esse dinheiro que não vai para o bolso do dono era reinvestido na fundação. E nós gostávamos de trabalhar e então tínhamos aquela oportunidade de fazer alguma coisa.

Bom, para tirar esse projeto da Escola de Medicina, que já se tinha perdido todo, não tinha mais papel, não tinha mais planta, não tinha mais nada — para achar isso, eu acho que demorei mais de um ano. Mais de um ano para reorganizar as coisas, redirecionar as coisas. Eu tive a sorte de ter uma enfermeira, com quem eu trabalhava no centro cirúrgico, e ela é de Itajubá. E eu soube que o arquiteto, o Nayme, estava trabalhando lá em Itajubá, na prefeitura. Eu falei: “Mirtes, você vai sair de férias, veja lá se é realmente isso.” E era. A partir daí, ele deu todas as direções, a indicação da planta e deu o nome do Massarani, que também foi outro caso complicado.

O Massarani era autor de um anteprojeto de umas estruturas em abóbadas. Vocês vejam que os prédios lá são todos construídos em abóbadas e que permitem vãos grandes, de não sei quantos metros de extensão. Ele era o autor do projeto que o Nayme trouxe para fazer isso. Ele começou a fazer o projeto, depois também perderam tudo, cada um foi para um lado. Ele tinha dois sócios, um foi para o Paraguai, outro foi para a Itália e morreu. E tinha ele só em São Paulo. Para achar tudo isso foi um trabalho desgramado. [riso] Bom, então, para achar tudo isso, coordenar tudo isso, a gente demorou muito. Mas a gente teve a sorte de que o Massarani era um homem formidável, um velho de 80 anos que tinha uma atividade tremenda. Ninguém queria calcular de novo aquele negócio, ninguém queria fazer um teste naquela estrutura. Uma estrutura com 15 anos ao tempo, com aqueles vergalhões expostos, enferrujados, ninguém queria fazer nada. Nenhum engenheiro, nem da escola, nem da companhia, cada um dava uma desculpa, ninguém queria assumir a responsabilidade. O Massarani foi lá e falou: “Deixa comigo.” Aquela estrutura de uma sala, ele fez a laje, fechou, fez um tanque, botou água lá, botou aqueles aparelhos para ver a flexão daquele negócio... Eu sei que ele fez um estudo daquilo e aprovou a estrutura. Aí nós começamos a construir.

I.F. – E quando resolveram fazer o centro de informática?

O.G. – Isso é recente, de agora, de uns dois, três anos, três ou quatro anos. Mas aí começamos a trabalhar naquilo. Em 1983 nós inauguramos aquele Centro de Ciências Biomédicas, fizemos aquilo. Depois continuamos nosso trabalho lá, começamos a cercar o campus porque ele era completamente devassado. E nós não podíamos ficar num lugar — vocês sabem, hoje, com esse negócio do Movimento dos Sem-Terra, eu já falava para o Acácio e para o Horta: “Gente, Portugal foi mais inteligente do que nós. Nós já estamos aqui há tanto tempo e não cercamos nada. Portugal, a primeira coisa que fez foi tomar posse da terra. Não deixa passar, não, vamos tomar posse disso, vamos ficar aqui.” Cercamos aquilo tudo. E construímos o ginásio, eu acabei o ginásio. Nós não podíamos fazer a Escola de Educação Física lá e fizemos uma adaptação do ginásio para os laboratórios da Escola de Engenharia. Começamos a expandir, procurar criar outras escolas e tudo o mais e fizemos outras construções lá. A última foi agora... — eu saí em março do ano passado, o Jairo está lá há quase um ano. Nesse meio tempo houve por parte da Siderúrgica uma retração com relação à escola. Eles fizeram tudo para tirar a escola de dentro do hospital, passamos apertados.

I.F. – Qual o interesse deles de tirar a escola de dentro do hospital, aumentar o número de leitos?

O.G. – Porque realmente estudante não é mole, não. [riso] E você sabe, o doente da Companhia é um doente meio diferenciado, ele é empregado da companhia, ele é... Então, houve diversas tentativas de tirar a escola lá de dentro. No quarto andar nós tínhamos um salão de aulas e nos tiraram lá de cima. Iam nos tirando de todo lugar. Construíram um barracão, que eles chamavam até de Bataclã, que era uma extensão da parte de frente do hospital, aquilo vai até o fim, e era uma parte nossa. Saíram lá de cima e passaram lá para baixo, as salas de aula e tudo o mais. Depois precisaram daquilo para a farmácia e fizeram ali a farmácia. Aí alugaram para nós uma casa ali naquela rua que termina em frente a essa farmácia do hospital hoje, que tem aqueles três prédios bonitos. Arrumamos ali as instalações para as nossas disciplinas no hospital. Então, com a privatização, ninguém quis saber de mais nada.

V.A. – Não é mais, agora?

O.G. – Nada!

V.A. – Não tem mais?

O.G. – Nada! Nada! Nós saímos dali e fomos para a UHG.

V.A. – UHG é o quê?

O.G. – A UHG, União Hospitalar Gratuita é o Hospital São João Batista. Fizemos aquele prédio ali, eu também fiz aquele prédio ali ao lado da UHG. Eu fiz então um anexo da UHG para a escola. Uma instalação primorosa. A fundação, o primeiro estatuto dela previa um mandato de presidente de seis anos e um mandato subsequente...

[FINAL DA FITA 4-A]

I.F. – ...o senhor foi eleito.

V.A. – Eleito pelos estatutos.

O.G. – É. Eu fui eleito então para seis anos. Nesses seis anos, fiz essas obras. Aí, fui reeleito para mais seis anos, mas fiquei mais três só e falei: “Agora chega, estou cansado.” Fiquei então nove anos. Depois, pedi para sair, deixar um outro colega, porque eu acho que se eternizar no poder é uma coisa muito desagradável. Parece que não tem mais ninguém, só tem uma pessoa. Eu saí e pus no meu lugar, com o meu prestígio — porque a eleição é feita pelo conselho curador... Foi escolhido o dr. André Bianco, já falecido — um grande otorrino aqui da cidade, um mestre mesmo, um sujeito impressionante. Aquele ambulatório que tem lá no canto do campus chama-se professor André Bianco. Ele era professor de otorrino e ficou quase que o mandato dele completo. Ele teve um câncer no finzinho do mandato, eu o substituí, mas depois ele voltou porque eu tive uma briga com o Sérgio Costa Lima e Silva — a gente não se dava por causa do hospital da companhia — e ele fez o André ficar no cargo até o último dia. Fizemos uma nova eleição e eu ganhei outra vez. [riso] Aí nós mudamos o estatuto — isso foi em 92 —, também porque o estatuto estava meio antiquado, e eu fiz uma reforma no estatuto da fundação, o que não é coisa fácil.

I.F. – Imagino! É como mexer na Constituição.

O.G. – Isso. Nós fizemos, ficamos muito amigos do curador. É engraçado, eles tinham um medo de ir na curadoria da fundação, mas nós acabamos indo lá, ficamos amigos deles, são nossos amigos, foi formidável. Eles têm uma admiração por nós e nós por eles! Mudamos os estatutos e eu fiz de acordo com o que era o próprio projeto de estatuto da curadoria, com mandato de três anos.

V.A. – O senhor fez então mais seis e agora o mandato era de três.

O.G. – É, eu estava com o mandato anterior e tinha que cumprir seis. Bom, então mandato passou a três anos, reformou-se o estatuto e aprovou-se. Aquela diretoria ficava seis anos e, no caso dela renunciar ou qualquer coisa, o próprio conselho reconduzia para o período restante. Bom, aí eu fiquei mais três anos, fiz essas outras coisas todas e falei: “Agora também outro precisa vir, não tem sentido só eu ficar.” Nós tivemos um período difícil nesse primeiro mandato meu porque nós sofremos uma intervenção do MEC na Escola de Medicina.

V.A. – Por quê?

O.G. – Porque houve uma certa negligência da escola no sentido... vamos dizer, coisas administrativas. Coisa complicada essa que eu vou contar para vocês. É tão longo que vai até o Itamar, [riso] coitado do Itamar. A história é longa mas eu vou contar. Nós fizemos um concurso de vestibular aí acho que no ano de... em 92 eu voltei... foi em 91, com o André. Fez-se o vestibular [inaudível] um candidato que passou. Ele era funcionário público, acho que do Banco Central em Brasília. Ele passou, foi o 44°. Como ele se chama? Jailovsky não sei o quê. Bom, ele passou e, na hora de fazer a matrícula, ele trouxe de Brasília... O Hargreaves deu um documento dizendo que ele

estava sediado em Brasília e tinha direito à transferência por ser funcionário público, se prevalecia da lei tal para militar e funcionário público — existe isso, não existe? Na legislação de ensino existe: o funcionário público ou militar, quando é transferido, tem o direito de levar..., tem que pegar tenha número ou não. E ele então, na hora de se matricular aqui, veio com essa papelada, mostrou à secretária, a secretária viu aquilo, o diretor da escola era o... me lembro depois o nome. Ele estava até trabalhando no hospital, levou o candidato lá para o diretor despachar, ele viu aquilo e despachou, autorizou a transferência.

I.F. – Eu pensei que tinha que cursar pelo menos um ano.

O.G. – Não, isso é o normal. O sujeito que é... não tem nada disso, vai tudo. Bom, autorizou, botou no correio, ela fez tudo direitinho. Aí ele foi se inscrever lá na escola de Brasília, na faculdade lá de Brasília. Entrou lá com o pedido de admissão dele e a turma não aceitou. Ih, ele achou ruim pra burro. A escola disse: “Não, você está com malandragem. Você está aqui em Brasília há mais de dez anos, não se justifica isso, não. Isso é quando a pessoa muda.” Você veja que o Hargreaves estava na safadeza. O bestalhão, em vez de ficar quieto, achou de acionar o ministério. Ele achava que tinha o direito. E a papelada foi lá para o ministério, o corpo jurídico do ministério não se viu em condições de decidir e mandou para o Conselho Federal de Educação, porque lá é que se decidem essas questões maiores. E caiu, o nosso processo caiu no relator não sei o quê de Oliveira, um baiano safado. Bom, vocês apagam isso. [riso] O safado olhou o nosso processo e disse: “Isso é malandragem, eles estão vendendo transferência.” Nomeou uma comissão para vir aqui inspecionar a escola. A turma muito boa, gente do interior, nós éramos do interior mesmo, não tínhamos malícia nenhuma nessas coisas. Veio a comissão, nós abrimos as portas, os largamos lá fuçando, eles fuçaram o que queriam, levantaram o que eles queriam. O diretor da escola era o filho do general Américo, com quem eu não me dava, e ele recebeu a escola com essa coisa que se passou com o diretor que era anterior a ele. Ele achou que estava isento mas recebeu a escola. Deixou a turma entrar, essa coisa toda. Eu sei dizer que o Oliveira lá, o relator do processo, pediu a intervenção na escola. Nem a comissão tinha recomendado isso — tinha recomendado só um maior cuidado. Puxa, nós passamos uns dois anos apertados, porque aí o Sérgio, muito esperto, achou que não tinha nada com a história: já que tinha que indicar um diretor, um *pro tempore*, como eles chamam, que esse diretor então fosse ele porque ele não tinha nada com a história. E o ministério, tão inocentemente, o nomeou quando não podia. E ele então, aí, se considerou uma pessoa de alta autoridade dentro da fundação, porque ele era diretor da escola e era diretor *pro tempore*, e recebia como diretor *pro tempore* uma fábula de dinheiro. Aí, era ele que não queria deixar a gente tirar a intervenção da escola, porque estava em uma situação especial. Levei dois anos para combater isso, para tirar, ele queria ficar seis anos lá com o *pro tempore*.

V.A. – O senhor falou que foi feito um estudo, até por esse Pedro Carlos, sobre as condições, a situação da região, se as pessoas tinham condições...

O.G. – Isso, condições sócio-econômicas da região.

V.A. – Inclusive Vassouras. Mas não existe uma escola de medicina em Vassouras?

O.G. – Existe. Mas nesse tempo em que nós estávamos fazendo isso ainda não existia Vassouras. Vassouras existiu uns meses antes do que nós. É da mesma ocasião.

I.F. – Do Severino Sombra, não é isso?

O.G. – Severino Sombra, um pouco antes de nós, uns meses.

I.F. – E Barra Mansa também está com uma faculdade querendo se transformar em universidade.

O.G. – Sobeu. Sobeu é uma sociedade não sei o quê de ensino superior.

I.F. – Mas que está querendo crescer e virar universidade.

O.G. – Está querendo, querendo. Todo mundo quer. Vassouras é, e também não tem condições de ser. No interior é muito difícil isso.

I.F. – Eu soube que um dos problemas grandes das faculdades pagas é que tem, vamos dizer, 40 vagas para o primeiro ano. Entram os 40. Aí, quando chega no segundo ano, cinco não conseguem pagar e se afastam. No outro ano, mais cinco. E quando chega no último ano, essa turma está reduzida a dez, 15, o que causa um prejuízo enorme à faculdade. Acontece isso aqui também?

O.G. – A desistência, não é? Durante o curso...

I.F. – Ficam tendo que manter professores para turmas de dez, 15 alunos.

O.G. – Não chega a tanto. Alguns cursos chega a tanto, sim, mas o comum, não. A nossa escola mais fraca aqui foi a Escola de Educação Física.

I.F. – Muita inadimplência?

O.G. – Não só inadimplência; não tinha demanda. Não tinha demanda! Você abria um vestibular para cem alunos e apareciam 30, 20.

I.F. – E aí é obrigado a dar aula aos que passaram.

O.G. – Não, você podia fechar a escola e continuar o curso até acabar. Mas nós não estamos aí para isso. E aí — vejam o que é o trabalho da gente — você fica com aquele compromisso com aquela escola deficitária, com as outras para amparar aquela escola e ajudar a continuar. Este ano, quantos alunos se inscreveram para o vestibular? Noventa e nove alunos, parece, para educação física, mas se matricularam só 35; é difícil! A própria Escola de Medicina até hoje não completou seu número.

I.F. – E tem muita inadimplência aqui também?

O.G. – Tem, mas nós tivemos programas contra a inadimplência, fizemos muitas coisas nesse sentido.

I.F. – Porque são escolas caras: engenharia, medicina, odontologia. Não são como administração, que precisa de professor e quadro negro.

O.G. – É, são escolas mais caras, mensalidades diferentes. Mas eu então voltei em 92, devia ficar até 98. Mas em 95 eu achei que não podia continuar, sempre eu, sempre eu. Então, procurei uma fórmula para resolver esse problema. O presidente de fundação é uma coisa muito importante, muito séria, porque ele é realmente o executivo de todo dia em uma fundação. Os conselheiros, os integrantes do conselho curador, ou mesmo do conselho diretor, não têm frequência obrigatória, não têm responsabilidade diária na administração. O cabeça de uma fundação é o presidente, tudo se concentra na pessoa dele: assinar cheques, admissão, demissão, promoção, assinar contratos, tudo é com ele. E tem uma cláusula que diz que ele não pode delegar sua função para ninguém.

V.A. – E não recebe também pelo seu trabalho.

O.G. – E não pode ganhar nem um tostão. Nada! Nem proventos de jeito nenhum, nem jetom nem nada. Nada! Não pode! Tem que trabalhar *de graça* mesmo, como eu sempre trabalhei na fundação. Certo? Bom, depois que eu entrei, em 80, eu dedicava meio expediente à fundação, o expediente da tarde. O meu consultório, passei para a tardezinha e a noite, para fazer tudo isso. De modo que isso cansa! Você todo dia lá! E problema de aluno? E problema de greve? Quantos confrontos nós não tivemos com alunos em movimentos de greve, alunos do Rio de Janeiro que vinham aqui liderar a turma daqui? Muitos. Isso desgasta uma pessoa, você não agüenta, e tudo cai nas costas do presidente porque ele é o dono da mantenedora.

V.A. – O senhor então propôs uma solução em 95.

O.G. – Em 95 eu falei: “Não, eu preciso sair mas preciso deixar alguém que fique aqui, como eu faço.” E eu tive uma idéia: eu acho que não custava nada à Companhia Siderúrgica, como benemérita da fundação, ter um funcionário dela deslocado para cá, ela pagando o funcionário e ele, em vez de trabalhar lá para ela, vem ser presidente aqui. Um sujeito com tirocínio, com capacidade. O que é essa despesa para ela? Não é nada. E levei essa idéia lá para a companhia e eles aceitaram. Só que eles foram mais ambiciosos: quiseram administrar a fundação mesmo, pegar lugar no conselho curador, no conselho diretor, quiseram segurar, porque eles se acharam responsáveis por uma tarefa e, em nome da Companhia Siderúrgica Nacional, eles não podiam dar para trás. Eles puseram uma equipe deles, só que desfiguraram um pouco a fundação. Em vez de botar um diretor como eu pensava, eles botaram um diretor que já era presidente da Fugemes, Fundação Edmundo de Macedo Soares e Silva, essa que a Fundação CSN substituiu, fizeram esse contrato com d. Alcina. Essa história vem toda daí. Então, eles botaram... O sujeito não ia lá, botaram um diretor que fez o papel de presidente, nós fomos contra, fizemos pressão, não deixamos a fundação ser deteriorada nos seus princípios, ela não podia ser administrada como uma sociedade comum, uma empresa, e não deixamos. Fizemos pressão, eles também se sentiram acuados, acho que o Cotrim não estava muito firme na companhia, achou melhor não criar uma frente e saiu. Eu voltei outra vez. Aí fui até 98, agora em março.

Quando foi agora eu falei: “Tenho que arranjar um substituto, mas um substituto que seja de dentro da fundação porque ao mesmo tempo que ele ganha o dinheiro dele na fundação, ele atua como presidente; não custa nada.” E foi a idéia que eu tive para botar o dr. Jairo. Eu o fiz entrar no conselho curador e ficar me acompanhando durante um ano e meio.

I.F. – O nome dele completo é Jairo...

O.G. – Conde Jogaib, ele é sírio. Então, essa é uma história. Agora, eu acho o seguinte, que pediria a vocês: nessa conversa informal sai muita coisa que nem deve ser registrada. E a seqüência às vezes não é a melhor.

I.F. – Isso depois a gente arruma, não tem problema, não.

O.G. – Vocês mandando, eu faço uma revisão. Isso aqui, eu que fiz a revisão nessa minha entrevista para o Pedro Carlos³.

I.F. – Depois a gente entra em contato com o senhor. Agora, eu queria saber mais uma coisa. O senhor, como médico aqui, os planos de saúde entraram aqui em Volta Redonda? Como? Quais são? São bem aceitos? Na época em que eu tive meus filhos, a gente era de classe média, não tinha planos de saúde, e hoje em dia a gente é obrigado a ter plano de saúde, senão não consegue se manter. Não pode adoecer; morre porque não tem dinheiro para pagar hospital.

O.G. – É. A verdade é a seguinte: o empregado da Companhia Siderúrgica Nacional sempre viveu na teta da mãe, sempre foi amparado por ela. Essa casa, eu pagava um aluguel de quê, uns 500 reais? Era tudo assim para nós. Então, nós aprendemos a viver assim, o que eu acho também um absurdo. Bom, eles precisaram de nós no início, porque não trariam gente para um mato desse para trabalhar de qualquer jeito. Eles ofereceram muitas vantagens, de modo que a gente veio para cá com essa mentalidade. E criamos uma indústria nova no Brasil, um movimento novo no Brasil em termos de economia e tudo o mais. De modo que nós fomos acostumados a ter tudo da companhia. No fim, ela vendeu as casas para nós. Essa não me venderam não, porque era uma casa muito grande e eles acharam que estava além da especificação, eu comprei mesmo com o meu dinheiro. Mas a maioria das casas foi vendida a preço de banana para os empregados.

I.F. – Mas 180 leitos de hospital não cobrem as necessidades de Volta Redonda.

O.G. – Ah, cobrem. Para a companhia, cobria.

I.F. – Não, da cidade de Volta Redonda.

O.G. – Não, aí não. Nesse meio tempo, quantos hospitais construíram aqui? Construíram o São João Batista, construíram a Casa de Saúde São José...

I.F. – Tudo particular?

O.G. – Não, o São João Batista é da prefeitura. O hospital materno-infantil. Construíram o São Camilo. Agora, o Santa Bárbara. Eu fiz um trabalho, um trabalho recente que eu escrevi em 98, sobre a profissionalização do acadêmico de medicina. Eu fiz um levantamento, e Volta Redonda e Barra Mansa têm mil leitos.

I.F. – E os planos de saúde entraram aqui?

³ Incluída na segunda parte do livro *A universidade nasce na curva do rio*.

O.G. – Bom, aí o negócio é o seguinte. No tempo do Sérgio, filho do general Américo, ele botou o INPS lá dentro da companhia e facilitou aquilo para todo mundo. Só que ele arranjou um déficit permanente para a companhia. O hospital era deficitário demais. A companhia aceitaria um certo déficit, mas não um déficit monstruoso. Mas ele era presidente, ele tinha prerrogativas.

V.A. – Quer dizer que, pelo INPS, as pessoas podiam se consultar no hospital da Siderúrgica...

O.G. – Todo mundo, era Volta Redonda inteirinha. Aquilo era um hospital fechado mas ele abriu para todo mundo. O Sérgio teve uma ilusão na vida: ele viu as pessoas ficarem ricas nessas casas de saúde com o INPS e achou que ia fazer o mesmo no hospital da companhia. Só que é uma administração diferente; administração de casa de saúde é uma administração de contenção: paga mal os empregados, tem poucos empregados. Esse estilo. E no hospital da companhia, não; a companhia é responsável, a legislação trabalhista é respeitada em detalhes, minúcias, tem muita gente para poucos lugares, aquela coisa toda de estatal. De modo que o hospital ficou sendo deficitário e a companhia não agüentou mais; foi daí que ela saiu para a Fugemes. Ela não agüentava mais sustentar o hospital, dava dor de cabeça. Em função disso, começou a haver então uma diversificação maior do atendimento médico. Não ia mais só na companhia, que também lá fazia fila como no INPS, já generalizou o negócio. Então ia na Casa de Saúde São José. E teve uma inspeção lá do INPS que fechou a Casa de Saúde São José. Ela saiu para um plano de saúde. Aí, a São Camilo, uma casa de saúde particular também saiu para um outro plano de saúde. E assim começou, o mercado começou a se organizar, se estruturar, e os planos saúde entraram aqui como entraram em outros lugares: Golden, Unimed, Bradesco... E agora, quando a companhia tomou conta, privatizou e tudo o mais, e essa nova direção tomou conta, não quis saber mais desse negócio de atender ninguém e botou o hospital com um atendimento mínimo, só para os empregados dela. Tirou todos os benefícios...

V.A. – Reduziu o número de médicos?

O.G. – Demitiu todo mundo, não quis saber mais de empregado médico. Os médicos agora, lá, trabalham a pró-labore. Vão lá, faturam o que fizerem e está acabado.

V.A. – Ah, é? Demitiram todos os médicos?

O.G. – Todos. E ela ficou com um problema para resolver... Primeiro, dos empregados dela: aos que ficaram, ela tinha que dar um atendimento — eles tinham esses benefícios, era de contrato, entrava no contrato de trabalho. É difícil vencer essas coisas. Então, ela tinha que respeitar contrato de trabalho que dava direito a ir ao hospital, ter consulta, essas coisas que o empregado, na hora de renovar o contrato, eles vão metendo uma cláusula atrás da outra. Bom, ela teve que respeitar isso. Por outro lado, ela tinha o problema dos idosos, dos aposentados que ela também tinha que... A direção até achou melhor não cobrar nada de nós pelo plano de saúde dela e ela dá um plano de saúde muito pequeno para nós e pronto. É o plano de saúde da companhia, que é feito pelo Bradesco. E eu, como aposentado, fui beneficiado com isso. Ela tem um plano de saúde mínimo, não dá direito a quarto — é enfermaria — a certos exames não dá direito, é um plano mínimo. Mas também não nos cobra nada. Alguma coisa que você faça de

extravagante, ela vê a diferença e o Bradesco cobra a diferença. *Cobra* a diferença, não *cobre*. É isso.

V.A. – Eu queria voltar um pouquinho a 1957, quando o senhor se casou. Se casou aqui em Volta Redonda mesmo?

O.G. – Não, em São Paulo. A Thalia é de São Paulo, Thalia Sampaio Galotti. Eu a conheci em São Paulo em 57. Quando eu voltei dos Estados Unidos, fui passar na casa de uma irmã, que era vizinha dela, e dali nasceu um relacionamento, um conhecimento, e a gente se casou.

V.A. – E o senhor teve filhos? Quantos?

O.G. – Três filhos. Dois homens e uma moça, uma menina.

V.A. – E eles estão aqui em Volta Redonda?

O.G. – Um deles trabalha na FOA, superintendente da FOA, o Francisco, engenheiro Francisco, nome do meu pai. E outro trabalha no Rio de Janeiro, tem uma firma de exportação de aço. E a Thalia Cristina foi a única que seguiu a carreira de saúde, faz odontologia. Casada, tem consultório, emprego e tudo o mais, está vivendo a vida dela. Ela tem dois filhos, e os outros dois, o Francisco não se casou, e o Júnior, o que tem o meu nome, casou-se mas não se entendeu no casamento e divorciou-se, já separou.

V.A. – Eu tinha curiosidade de saber o destino de seus outros irmãos, todos médicos. Eles voltaram para São Paulo?

O.G. – Não. Um ficou no Rio, o Hélio, mais novo, fez a especialidade de obstetrícia e trabalhou na maternidade de Laranjeiras e tinha consultório em Copacabana. Fazia ginecologia e obstetrícia. Casou lá no Rio com uma médica, uma colega, dr. Maria Rita, que era pediatra. Os dois faleceram no ano passado, ele vítima de um linfoma e ela, depois de uma cirurgia de transplante de rim. Depois de uns seis ou sete anos faleceu, logo depois dele, um mês depois. Para nós foi uma coisa muito triste.

Um irmão, Luís Galotti, mais velho, foi para São Paulo ser médico sanitarista. Trabalhou na Secretaria de Saúde de São Paulo, casou com uma moça do Rio de Janeiro e teve dois filhos, um é psiquiatra em São Paulo e uma filha fazia uma profissão aí...

Uma irmã, a Olenca, teve dois filhos. Casou-se com um professor da USP, de economia.

V.A. – Eu estava com interesse pelos irmãos médicos. A família toda foi fazer medicina e o senhor veio desbravar o mundo.

O.G. – Não, eu fui estudar no Rio de Janeiro e depois ofereceu-se essa oportunidade e vim parar aqui.

V.A. – E os outros ficaram mais na capital?

O.G. – O Luís ficou na capital. O Osvaldo foi para o interior, é otorrino e foi médico no interior e vivia a vida dele lá, é solteirão, médico também. E ele é um apaixonado por Euclides da Cunha, gostava daquilo, ele faz parte de um grupo lá de Euclides da Cunha.

Na Revolução de 64 ele tinha ido à Rússia, sofreu, coitado. Acharam que ele era comunista e o prenderam.

[FINAL DA FITA 4-B]

O.G. – Nunca mais voltou para a cidade, nunca mais voltou para a cidade para trabalhar lá.

I.F. – Mas ele respondeu processo?

O.G. – Ah, foi libertado, foi julgado e considerado livre. Ele ficou preso um mês em São Paulo, no DOPS, com aquele Fizi, com aquela turma toda. Ele gozava muito porque ele vivia essa vida... Depois, ele era médico do Serviço de Saúde do estado, no interior, e por ser médico já de certo renome, ele foi para São Paulo servir no serviço de oftalmologia do estado, ele é oftalmologista.

V.A. – E seus pais ficaram em São José do Rio Pardo?

O.G. – Meu pai faleceu em São José do Rio Pardo, não me lembro a data, e minha mãe faleceu em São Paulo. Quando o Osvaldo já morava em São Paulo, ela estava com ele lá.

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

V.A. – [gravando simultaneamente em vídeo] Hoje é dia 10 de fevereiro de 1999, estamos fazendo uma entrevista com o dr. Olézio Galotti, em Volta Redonda, na residência do entrevistado, no Laranjal.

Nós gostaríamos de fazer uma última pergunta ao senhor: qual foi a importância da CSN para a história do Brasil e para a sua história pessoal?

O.G. – Bom, para a história do Brasil, ela é muito conhecida, porque foi o marco da nossa industrialização. Ela foi o princípio da industrialização do Brasil e foi uma grande obra do Getúlio Vargas, indubitavelmente. Para mim, eu acho que realizei a minha vida como eu queria e tive na CSN essa grande oportunidade. Eu aqui me sinto profundamente realizado, uma pessoa conhecida na cidade pelos trabalhos que prestei aqui e isso para mim é uma lisonja, mais do que ficar rico e tudo o mais. Isso que é muito importante.

I.F. – Então muito obrigada. Temos que agradecer seu depoimento, que foi muito importante para o nosso projeto.

O. G. – Muito obrigado para vocês também de me ouvirem.

[FINAL DE DEPOIMENTO]